

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRIDA JULIANI PERES

**O CAMINHO PARA A RECONCILIAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO
HUMANITARIAN LAW CENTER PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ NO KOSOVO**

UBERLÂNDIA

2024

BRIDA JULIANI PERES

**O CAMINHO PARA A RECONCILIAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO
HUMANITARIAN LAW CENTER PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ NO KOSOVO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA

2024

BRIDA JULIANI PERES

**O CAMINHO PARA A RECONCILIAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO
HUMANITARIAN LAW CENTER PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ NO KOSOVO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 19 de abril de 2024

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU/IERI)

Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá (UFU/IERI)

Me. Ludmilla Silva Corcino (UFU/NUPSIEE)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais pelas oportunidades e pelo apoio dado. Obrigada por acreditarem em mim e por sempre me incentivarem a ir atrás do que eu quero. A certeza de que eu sempre poderia contar com vocês me confortou e me incentivou a desbravar os desafios desse caminho e de todos os outros que ainda virão, que espero que sejam muitos. Às minhas irmãs, Marina e Maria Alice pelas risadas e torcida pela jornada que escolhi seguir. Aos meus avós, Paulino e Maria José, minhas primas, Carol e Mariana, e suas famílias, à minha tia Rita, à madrinha Denise e tio Gilberto pelo incentivo e pelas palavras de apoio e motivação. Em especial, agradeço e recordo com carinho do meu padrinho, Ronaldo, que apesar de não estar mais aqui, ocupa um pedaço especial do meu coração.

Agradeço também ao Heitor, meu companheiro, que está sempre por perto nos momentos bons e nos mais difíceis. Obrigada pelo apoio e incentivo durante todo o processo e por ser minha inspiração diária de dedicação, esforço e comprometimento. Compartilhar a graduação com você foi muito especial, e mal posso esperar pelos próximos momentos ao seu lado. Assim, terei a certeza de que tudo sempre estará bem, independente do desafio.

Aos meus amigos, pois sem eles tudo isso não teria tido a menor graça. À Bars, por ter sido a minha família e ter dividido basicamente a vida nesses anos. Muito obrigada por cada momento, sejam as idas à UFU, as refeições, os filmes assistidos, as músicas escutadas, as aulas de muay thai e as viagens feitas. Tudo isso foi muito mais especial com você ao meu lado. Agradeço também a Rafa, Dom, Jéssica e Milena por estarem comigo desde as primeiras semanas de aula e participarem dessa jornada comigo. Sempre me lembrarei com carinho dos nossos almoços no RU, dos rolês e da companhia nas aulas, e claro, de todo o apoio que vocês sempre me deram. Que a nossa amizade seja pra sempre!

Não poderia deixar de fora os professores que compartilharam tanto comigo durante essa graduação, em especial meu orientador, Prof. Aureo. Sem o seu apoio e sua confiança, nada disso teria sido possível. Obrigada por acreditar neste trabalho, ouvir todas as ideias que eu levava para as nossas reuniões e me orientar da melhor maneira possível. Mais do que um orientador, o senhor é uma inspiração como profissional, que com toda certeza levarei por toda a minha trajetória.

“Os agressores de hoje são geralmente as vítimas de ontem.”

Olga Botcharova

RESUMO

O Humanitarian Law Center (HLC) é uma ONG sérvia, criada em 1992, mas que em 1997 criou um escritório no Kosovo e desde abril de 2011 opera de maneira independente no país. Após o fim do conflito entre os anos 1998 e 1999, a sociedade kosovar enfrenta o trauma deixado pelos anos de violência e perseguição étnica, fazendo com que as relações entre albaneses e sérvios continuassem hostis e abrindo margem para uma narrativa de vitimização. Sendo assim, o HLC Kosovo se mostrou como uma importante organização que busca a reconciliação na sociedade kosovar por meio de atividades em quatro diferentes ramos, sendo eles justiça, documentação e memória, educação e reconciliação. Dessa forma, o presente estudo tem o objetivo de avaliar os efeitos das atividades da ONG Humanitarian Law Center no Kosovo na promoção da reconciliação entre diferentes grupos étnicos, levando em consideração as memórias divergentes dos eventos passados, e analisar como essas iniciativas contribuem para a construção de uma sociedade mais harmoniosa e coesa. A pesquisa busca responder às seguintes indagações: as ações da ONG Humanitarian Law Centre contribuem para a preservação da memória e busca por justiça de transição, e conseqüentemente para a construção da paz, no Kosovo? Quais são os principais desafios enfrentados pelo Humanitarian Law Centre Kosovo ao buscar a reconciliação dessa sociedade? Uma possível hipótese para tal pergunta é de que as atividades da ONG contribuem parcialmente para a construção da paz no Kosovo, visto que ações em prol da preservação de uma memória coletiva e a busca pela justiça de transição são essenciais em um cenário de construção de paz, porém elas ainda encontram dificuldades para serem aplicadas na região por conta do contexto político.

Palavras-chave: Trauma; Justiça de Transição; Kosovo; Construção da paz

ABSTRACT

The Humanitarian Law Center (HLC) is a Serbian non-governmental organization, established in 1992. In 1997, it set up an office in Kosovo, and since April 2011, it has operated independently in the country. Following the end of the conflict between 1998 and 1999, Kosovar society faced the trauma left by years of violence and ethnic persecution, leading to continued hostile relations between Albanians and Serbs and fostering a narrative of victimization. In this context, the HLC Kosovo emerged as a significant organization seeking reconciliation in Kosovar society through activities in four different branches: justice, documentation and memory, education, and reconciliation. Thus, this study aims to evaluate the effects of the activities of the NGO Humanitarian Law Center in Kosovo in promoting reconciliation between different ethnic groups, taking into account the divergent memories of past events, and analyze how these initiatives contribute to building a more harmonious and cohesive society. The research seeks to answer the following questions: do the actions of the Humanitarian Law Centre contribute to the preservation of memory, the pursuit of transitional justice, and thus to peacebuilding in Kosovo? What are the main challenges faced by the Humanitarian Law Centre Kosovo in seeking reconciliation in this society? One possible hypothesis is that the NGO's activities partially contribute to peacebuilding in Kosovo, as actions toward preserving collective memory and pursuing transitional justice are essential in a peacebuilding scenario but encounter difficulties in implementation due to the political context.

Keywords: Trauma; Transitional Justice; Kosovo; Peacebuilding

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Violência e Paz para Galtung	17
Figura 2 – Jornada para a cura do trauma	22
Figura 3 – Localização do Kosovo	28
Figura 4 – Exposição Once Upon a Time and Never Again	53

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Dados do projeto “Monitoring War Crime Trials and Politically and Ethnically Motivated Crimes in Kosovo”	40
Tabela 2 – Dados do projeto “Dealing with the past”	42
Tabela 3 – Dados do projeto “Kosovo Memory Book”	46

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAK - Aliança para o Futuro do Kosovo

DCK - Documentation Center Kosovo

DwP - Dealing with the Past

ELK - Exército de Libertação do Kosovo

EULEX - European Union Rule of Law Mission in Kosovo

HLC - Humanitarian Law Center

HLCK - Humanitarian Law Center Kosovo

JT - Justiça de Transição

KFOR - Kosovo Implementation Force

NISMA - Iniciativa para o Kosovo

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

TTPI - Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia

RECOM - Regional Commission Tasked with Establishing the Facts about All Victims of War Crimes and Other Serious Human Rights Violations Committed on the Territory of the Former Yugoslavia

UNMIK - U.N. Mission to Kosovo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONSTRUÇÃO DA PAZ, TRAUMA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	15
2. ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: HISTÓRIA, MEMÓRIA COLETIVA E ATUAÇÃO DO HUMANITARIAN LAW CENTER KOSOVO	27
2.1. O conflito no Kosovo	27
2.2. A questão da memória no Kosovo	32
2.3. O Humanitarian Law Center e suas atividades	33
3. ANÁLISE DAS ATIVIDADES DO HLCK	37
3.1. Monitoring War Crime Trials and Politically and Ethnically Motivated Crimes in Kosovo	38
3.2. Dealing with the past: oportunidades inovadoras de educação não-formal para jovens no Kosovo	41
3.3. Kosovo Memory Book	45
3.4. Iniciativa RECOM	46
3.5. Iniciativa Batajnica Memory	48
3.6. Promoting the protection of minority rights in Kosovo	48
3.7. Support for victims of unlawful detention in the exercise of the right to reparations	49
3.8. Victim and witness counseling: Finding perpetrators of war crimes	51
3.9. Documentation Center Kosovo	51
3.10. Cortes Especiais do Kosovo	54
3.11. A cura do trauma e dos desafios do HLCK	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

A República Socialista Federal da Iugoslávia foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, e contava com os territórios da Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Macedônia e Sérvia, incluindo algumas regiões autônomas dentre desses Estados, Vojvodina e o Kosovo, região autônoma dentro do território sérvio (Moraes, 2009). A Iugoslávia era governada por Josip Tito, que realizava políticas para a criação de uma identidade supranacional dentro da república e concedia apoio às províncias autônomas para que pudessem ser representadas em órgãos federais (Faria; Rosa, 2013). A questão da autonomia do Kosovo não agradava à Sérvia, uma vez que possuir uma província autônoma dentro do seu território gerava tensões no que tange a sua integridade territorial.

A situação de prosperidade econômica na Iugoslávia começou a mudar no final da década de 70, e foi piorando gradativamente com a morte de Tito em 1980. Além do cenário econômico, o político e social também não se desenvolviam, dando início a movimentos de contestação ao governo central. Dessa forma, com a chegada de Slobodan Milosevic ao poder na Iugoslávia, as diferenças identitárias étnicas começaram a ser escancaradas, de modo que os sérvios usufruíam de maiores privilégios do que outros grupos (Faria; Rosa, 2013). Milosevic pretendia criar a “Grande Sérvia” e por isso limitou a autonomia de territórios que as possuíam, sendo um deles o Kosovo. Assim, os países que até então faziam parte da Iugoslávia começaram seus processos de independência, e no Kosovo, um grupo se destacou ao lutar por essa independência: o Exército de Libertação do Kosovo (ELK), composto em sua maioria por homens de etnia albanesa que haviam sido integrantes do exército da Iugoslávia e da Albânia (Moraes, 2009).

Após a revogação da status autônomo do Kosovo por Milosevic, o grupo passou a atuar mais ativamente, tomando controle de cerca de 40% do território kosovar, enquanto o exército sérvio realizava investidas para retomar o controle desse território, aumentando o nível de violência na região. dessa forma, no final da década de 90, a situação chamou a atenção da comunidade internacional e a ONU e a OTAN tentaram negociar com a Sérvia um cessar fogo. A OTAN bombardeou fortemente a região durante o ano de 1999 em uma tentativa de forçar a Sérvia a aceitar esse cessar-fogo (Faria; Rosa, 2013). Milosevic finalmente aceitou o acordo e foi instalada uma missão de paz da ONU no Kosovo, a Missão de Administração Interina no Kosovo (UNMIK) e uma missão da OTAN, que concedeu ao território uma autonomia e introduziu instituições democráticas, bases para uma economia de mercado e desestabilização do ELK (Franco, 2008 *apud* Faria; Rosa, 2013). No ano de 2008,

o primeiro-ministro kosovar Hashim Thaci proclamou a independência do país, que não é reconhecida pela maior parte da comunidade internacional, mas possui apoio dos Estados Unidos e alguns membros da União Europeia (Faria; Rosa, 2013).

O processo de busca por autonomia e independência do Kosovo deixou profundas cicatrizes na sociedade, especialmente após o conflito armado que assolou a região nos anos 1990. As políticas repressivas implementadas por Milosevic, juntamente com a clara divisão étnica e social entre os albaneses kosovares e os sérvios, alimentaram um crescente sentimento de hostilidade entre esses grupos. Por isso, mesmo antes do conflito eclodir, já se observavam sinais claros de tensão: a formação de um governo paralelo e a implementação de um sistema educacional segregado para os albaneses kosovares foram evidências desse clima de conflito iminente. Paralelamente, o surgimento do nacionalismo albanês, alimentado pelo sentimento de injustiça e pelas ações de limpeza étnica perpetradas na região, desempenhou um papel significativo na formação da identidade coletiva do povo albanês kosovar (Ingimundarson, 2007).

Essas profundas divisões étnicas e os ressentimentos resultantes do conflito não só afetaram as relações interpessoais, mas também geraram um trauma generalizado na sociedade kosovar como um todo. A sensação de ameaça à própria existência e a percepção do "outro" como uma fonte de perigo contribuíram para a deterioração dos laços sociais e para o fortalecimento das barreiras entre os grupos étnicos. Como resposta a essa situação, várias organizações não-governamentais e internacionais iniciaram projetos e programas destinados a promover a reconciliação e a cura do trauma social. Essas iniciativas buscam não apenas enfrentar as consequências psicológicas do conflito, mas também construir uma base sólida para uma paz sustentável no Kosovo, onde as diferenças étnicas sejam respeitadas e celebradas, e onde os laços de convivência pacífica sejam fortalecidos.

Tendo isso em vista, o presente estudo busca responder às seguintes indagações: as ações da ONG Humanitarian Law Center contribuem para a preservação da memória e busca por justiça de transição, e conseqüentemente para a construção da paz, no Kosovo? Quais são os principais desafios enfrentados pelo Humanitarian Law Center Kosovo ao buscar a reconciliação dessa sociedade? Uma possível hipótese para tal pergunta é de que a ONG Humanitarian Law Center realiza atividades de monitoramento e análise dos julgamentos de crimes de guerra e crimes motivados por questões étnicas no Kosovo; promoção de eventos onde sobreviventes contam histórias pessoais; exposições e memoriais sobre a Guerra do Kosovo a fim de lembrar o conflito e dar visibilidade e nome às vítimas; projetos voltados a estudantes, para fazer esclarecimentos sobre a importância da justiça de transição, comissões

da verdade e reforma nas instituições; e trabalho com instituições e órgãos governamentais no compartilhamento de informações para que sejam tomadas medidas responsáveis às questões étnicas no processo de lidar com o passado e a reconciliação. Essas atividades contribuem parcialmente para a construção da paz no Kosovo, visto que ações em prol da preservação de uma memória coletiva e a busca pela justiça de transição são essenciais em um cenário de construção de paz, porém elas ainda encontram dificuldades para serem aplicadas na região. Os principais desafios do Humanitarian Law Center na busca pela reconciliação da comunidade está na instabilidade do cenário político, que impede o desenvolvimento de projetos mais ambiciosos em busca da reconciliação, perpetuando um cenário de desconfiança entre albaneses e sérvios.

Esse estudo tem como objetivo avaliar os efeitos das atividades da ONG Humanitarian Law Center no Kosovo na promoção da reconciliação entre diferentes grupos étnicos, levando em consideração as memórias divergentes dos eventos passados, e analisar como essas iniciativas contribuem para a construção de uma sociedade mais harmoniosa e coesa. Para atingir tal objetivo, será feita uma revisão de literatura sobre cura do trauma e justiça de transição no contexto de construção da paz pós-conflitos e em seguida serão identificadas e analisadas as principais atividades e programas conduzidos pela ONG que visam promover a reconciliação entre grupos étnicos, para enfim examinar os desafios enfrentados pela Humanitarian Law Center ao trabalhar em um ambiente de tensões étnicas e históricas complexas.

A escolha dessa temática fundamenta-se na interseção de diversos campos de estudo relevantes para compreender os processos de paz pós-conflito, notadamente nas regiões impactadas por traumas intensos, como o Kosovo. Dentro do amplo espectro dos Estudos para a Paz, o projeto se concentra em analisar as dinâmicas de reconciliação e construção da paz, especialmente considerando o contexto de uma sociedade que sofreu com conflitos étnicos e guerras. Por isso, ao adentrar o campo dos Estudos para a Paz, a pesquisa propõe explorar teorias e práticas que visam mitigar os efeitos duradouros do trauma coletivo e, simultaneamente, promover estratégias eficazes para a reconstrução de uma ordem social estável. Este campo multidisciplinar oferece uma base teórica robusta, incorporando contribuições da psicologia, sociologia, ciência política e direitos humanos, entre outros.

Sendo assim, é crucial destacar que as ações observadas e analisadas neste estudo são empreendidas pela ONG Humanitarian Law Center, que desempenha um papel fundamental na implementação de iniciativas voltadas para a paz no Kosovo. Ao focar nas ações dessa ONG, a monografia busca compreender como uma entidade externa, mas envolvida e

comprometida, influencia os processos de reconciliação e construção da paz em um contexto pós-conflito. Dessa maneira, a pesquisa visa preencher uma lacuna ao conectar o conhecimento consolidado nos Estudos para a Paz com as dinâmicas concretas implementadas por uma ONG ativa no terreno. Essa abordagem integrada possibilita melhor compreensão dos desafios enfrentados e das estratégias adotadas para lidar com o trauma, promover a reconciliação e contribuir para a construção de uma paz duradoura no Kosovo.

A partir da hipótese de que as ações da ONG auxiliam parcialmente na construção da paz no Kosovo, uma vez que ainda existem casos de violência étnica no país, será utilizado o método hipotético-dedutivo para testar essa hipótese. Utilizar-se-á a revisão bibliográfica sobre a temática para analisar as ações da organização, e assim tirar conclusões mais aprofundadas das ações da ONG em questão, que foi escolhida por ser aquela que apresenta maior disponibilidade de dados.

A revisão bibliográfica discute as abordagens de trauma, justiça de transição e construção da paz, contando com as contribuições de autores como Johan Galtung, John Paul Lederach, Caroline Yoder e Roddy Brett e Lina Malagón. Em seguida, será realizado um breve histórico do conflito ocorrido no Kosovo, como também a apresentação do Humanitarian Law Center, com histórico e apresentação dos projetos e atividades realizados no país, sendo que estes são encontrados no próprio site da instituição. Feito isso, será analisado de forma não sistemática nas ações propostas pela ONG por meio de relatórios disponíveis no site da própria organização, observando-se como são feitas essas ações, seus desafios e efeitos. Enfim, serão tiradas conclusões sobre as ações propostas e realizadas pelo Humanitarian Law Center e como elas contribuem para um cenário de paz no país. É válido ressaltar que tentou-se contato com a ONG a fim de obter mais informações sobre os efeitos dessas atividades na comunidade, mas não houve resposta por parte da mesma.

1. CONSTRUÇÃO DA PAZ, TRAUMA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Neste capítulo, será explorado o campo dos Estudos para a Paz, mergulhando nas teorias de construção da paz, reconciliação, trauma e justiça de transição, em um esforço para contextualizar as complexas dinâmicas do Kosovo pós-conflito, centrando-se sobretudo na contribuição de Johan Galtung, John Paul Lederach, Carolyn Yoder, Roddy Brett e Lina Malagon. As perspectivas apresentadas por esses autores são fundamentais para a compreensão dos desafios atrelados à construção da paz após um conflito, onde feridas históricas e o trauma coletivo continuam a impactar as sociedades. Através de uma revisão dessas obras, este capítulo busca apresentar essa base teórica e entender como ela pode ser aplicada no cenário do Kosovo.

Johan Galtung, pesquisador norueguês, é o precursor do campo dos Estudos Para a Paz. Em seu clássico artigo de 1969, Galtung discute primeiramente a violência e seus diferentes tipos, para então chegar nas definições de paz. O autor admite que a paz pode de fato ser alcançada, apesar de complexa e difícil e parte da ideia tradicional de que a paz é a ausência de violência. Galtung então propõe que a violência é a causa da diferença entre o potencial e o atual estado de realizações das pessoas, entre o que poderia ter sido e o que é. Isso significa que se algo pode ser evitado, mas não é, e acontece, esse algo seria uma violência. Entretanto, não existe apenas um tipo geral de violência, de acordo com Galtung. O autor aponta que, para que se possa explorar as dimensões e distinções da violência, é necessário levar em consideração o sujeito, o objeto e a ação, isto é, um influenciador, um influenciado e um meio de influenciar.

A primeira distinção a ser feita é de violência física e psicológica, sendo a primeira remetida a uma violência somática, onde se pode chegar à morte, enquanto a segunda seria uma violência que debilita a mente do ser humano, como mentiras, lavagem cerebral, ameaças, entre outras. A segunda diferenciação é entre a abordagem para influenciar. Se essa abordagem for negativa, o influenciado é punido quando faz algo que vá contra a vontade do influenciador. Entretanto, se for uma abordagem positiva, o influenciado será recompensado ao realizar uma ação que seja da vontade do influenciador (Galtung, 1969).

A terceira distinção está focada no objeto, isto é, se há ou não um objeto que pode ser ferido. Essa questão se liga à ideia de “*truncated violence*”, onde não necessariamente é preciso ter um objeto ou um sujeito para que ocorra violência. Dessa forma, em um cenário de ameaça de violência física, ameaças indiretas ou violência psicológica, pode-se dizer que há violência, uma vez que há a intenção, a possibilidade de destruição. Essa ideia não se aplica

apenas a pessoa humana, mas também a estruturas ou algo que é significativo para aquela população (Galtung, 1969). Fazendo-se um paralelo com a história do Kosovo, é possível dizer que os albaneses kosovares sofriam esse tipo de violência sob controle sérvio, uma vez que havia a possibilidade de destruição de sua cultura, com a proibição do ensino da língua albanesa nas escolas, e com a troca de nomes de ruas que constavam nomes albaneses para nomes sérvios. Além disso, havia a própria ameaça à sobrevivência dos albaneses kosovares, que já no fim da Iugoslávia sofriam com práticas realizadas por forças sérvias que se assemelhavam às práticas de limpeza étnica.

Focando no sujeito, a quarta distinção é se há ou não um ator no ato de violência, conectando-se novamente a ideia de *truncated violence*. Assim, se há um ator que a comete, a violência é definida como pessoal ou direta, e caso não haja, seria uma violência estrutural ou indireta, também chamada de injustiça social. Esse tipo de violência está dentro da estrutura, e pode ser entendida por diferentes meios, como por exemplo, a desigual distribuição de recursos e dificuldade no acesso à direitos básicos entre pessoas ou comunidades (Galtung, 1969).

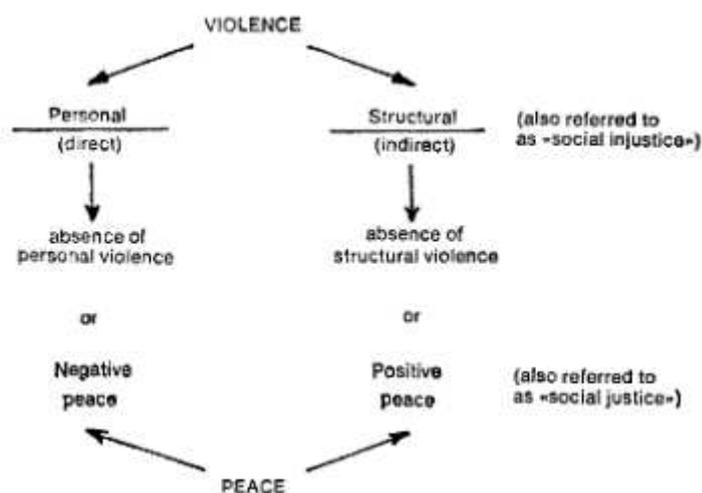
A quinta refere-se a ideia de violência intencional e não intencional. Galtung aponta que a culpa geralmente está associada com a intenção do autor, mas que dentro dos Estudos Para a Paz essa associação deve ser feita com cautela. Isso porque, muitas vezes, quando tenta-se alcançar a paz, dá-se foco somente à violência pessoal, podendo deixar que a violência estrutural persista, sendo necessário então combater ambos tipos de violência para se alcançar a paz (Galtung, 1969). A partir disso, é possível entender que o papel da justiça de transição em um cenário pós-conflito não é punir uma pessoa ou um pequeno grupo que cometeu um crime, mas sim acabar com a normalização dessa violência na estrutura social, encerrando também a violência estrutural.

Por fim, a sexta dimensão está na diferença entre violência latente e evidente. A violência evidente é aquela que pode ser visualizada e identificada claramente, enquanto a violência latente ainda não ocorreu de fato, mas pode ocorrer devido a instabilidade da situação (Galtung, 1969). A OTAN interveio no Kosovo sob a prerrogativa de evitar uma limpeza étnica na região, sendo essa identificada como uma violência latente. Mas quando se inicia o bombardeio da OTAN na Sérvia, se tem uma violência evidente, uma vez que esse ato e a destruição causada por ele é clara.

A partir da conceituação e dos diferentes tipos de violência existentes, principalmente no que tange ao sujeito que comete a violência, Johan Galtung propõe dois conceitos ligados à ela. A violência direta ou pessoal é aquela realizada por um ator em que sua ação violenta

pode ser visualizada, como em um cenário de uma agressão física. Por outro lado, a violência indireta ou estrutural — também chamada de injustiça social — é aquela em que não há um ator identificado que realiza a violência, ela é intrínseca à estrutura, como as desigualdades (Galtung, 1969). Sendo assim, Galtung (1969) propôs também dois tipos de paz, a paz negativa e a paz positiva — ou justiça social —, onde a primeira seria a ausência de violência pessoal ou direta, enquanto a segunda, ausência de violência estrutural ou indireta. O modelo ilustrado na figura 1 resume a ideia das divisões desses conceitos. Compreende-se então que a paz negativa é quando se tem um fim das agressões em um conflito, da violência física, por exemplo, com o acordo de um cessar-fogo. Mas a paz positiva tem um sentido mais profundo, buscando encontrar alternativas para a cura de uma sociedade que vive em uma estrutura de violência pautada na negação de direitos básicos, opressão, perseguição e desigualdade.

Figura 1 – Violência e Paz para Galtung



Fonte: extraído de Galtung (1969)

Tendo em vista que o conceito de paz positiva de Galtung aborda uma perspectiva mais duradoura de paz, uma vez que afetará a estrutura de uma sociedade, é possível complementar esse conceito com a visão de John Paul Lederach, também da área dos Estudos Para a Paz, que disserta sobre a construção da paz em cenários pós-conflito. Lederach (1997), pensa que o *peacebuilding* é um compilado de ações e funções que acontecem antes e depois dos acordos de paz, que leva à transformação do conflito para um relacionamento mais pacífico e sustentável, sendo a paz uma construção social dinâmica. Seguindo a ideia da paz positiva, o autor entende que para que seja construída a paz em uma sociedade, é preciso transformar o conflito estabelecendo uma infraestrutura que reforce as fontes para a reconciliação em todos os níveis dessa sociedade (Lederach, 1997).

Em um cenário em que os grupos em conflito estão muito perto geograficamente um do outro, o trauma da sociedade fica mais exposto e envolto a um ciclo de interações hostis, que aumenta a tensão entre os grupos étnicos e os faz associar o outro como inimigo (Lederach, 1997). A região do Kosovo faz fronteira com a Sérvia, e principalmente em áreas perto da fronteira entre os dois países, as tensões entre albaneses-kosovares e sérvios são maiores e ainda persistem. Lederach (1997) aponta que a paz pós-conflito deve ser construída em consonância com a real natureza do conflito. Por isso, nos conflitos contemporâneos enraizados por ódio, manipulação, violência e medo, a reconciliação é a ideia principal, e a construção da paz nesse cenário deve estar de acordo com as à realidade daquela sociedade e moldado a perspectiva e as necessidades da população local.

A fim de conceituar reconciliação, o autor apresenta três abordagens. A primeira aborda a importância do relacionamento para o diálogo contínuo no cenário pós-conflito, uma vez que gera engajamento dos lados conflitantes, levando à reconciliação. Isto significa que os relacionamentos são o foco para solucionar o conflito a longo prazo, então a reconciliação é feita de modo que incentive os lados conflitantes a ver o outro como um ser humano, e assim construir um relacionamento com ele. A segunda abordagem é a de que os grupos entram em conflito em diferentes tipos de atividades interdependentes, e por essa razão a reconciliação deve ser voltada para a criação de um espaço e oportunidade de expressar o trauma e o luto. Urge-se um espaço seguro para que as experiências traumáticas, a perda e o luto sejam compartilhados, e que todos entendam o sofrimento e as memórias do outro. Atividades para ouvir e validar a experiência alheia são essenciais para a reconciliação, uma vez que elas também colaboram para a restauração de relacionamentos, sendo possível visualizar um futuro de interdependência entre essas sociedades (Lederach, 1997).

Por fim, a terceira abordagem apresentada por Lederach (1997) é que para a reconciliação ser alcançada, é preciso voltar o olhar para além dos conceitos e das tradições da política internacional. A partir da observação de uma comunidade nicaraguense que passou por um conflito, o autor propõe a ideia de verdade, misericórdia, justiça e paz para que a reconciliação possa ocorrer. A ideia de verdade tem a ver com honestidade e clareza, e seria reconhecer e validar a experiência do outro no cenário de conflito, de modo que seja possível ver o outro como ele verdadeiramente é. A misericórdia passa a ideia de compaixão e perdão, isto é, recomeçar e superar o que passou para que possam ser construídos relacionamentos saudáveis. Além disso, a justiça aspira em fazer a coisa certa e criar oportunidades iguais, através da busca pelos direitos individuais e da restituição do que foi perdido, levando então à

paz. Esta, que significa bem-estar e união, aspira um contexto de independência e segurança para a sociedade (Lederach, 1997).

Dito isso, percebe-se que a reconciliação deve buscar unir as pessoas para que possam construir relacionamento e dividir percepções, sentimentos e experiências, e assim agregar em seus pensamentos. Assim, a reconciliação se baseia na construção de relacionamentos entre grupos conflitantes, buscando superar o trauma, o luto e as dores emocionais (Lederach, 1997). Com base nas ideias do autor, compreende-se a necessidade de criar ações que permitam às comunidades pós-conflito entrarem em contato umas com as outras de maneira pacífica e livre de ressentimentos, de modo que o trauma não impacte a rotina dessa comunidade.

Por isso, é importante também pensar em como o trauma é causado e como lidar com ele, para assim conseguir chegar à reconciliação proposta por Lederach. Carolyn Yoder (2018) enxerga um problema em como o trauma é tratado nos cenários pós-conflito. A autora aponta que o trauma é tratado como algo de menor importância nas tentativas de redução da violência, mas que na verdade esses conceitos caminham juntos, já que a violência causa trauma e este, quando não curado totalmente, leva a cenários de violência, insegurança, perda de identidade cultural e nacionalismo radical. Por essa razão, a fim de lidar com o trauma, é preciso “conhecer a própria história e a do nosso inimigo, buscar com sinceridade as raízes dos problemas, e priorizar a segurança humana ao invés da segurança nacional” (Yoder, 2018, p. 8).

Yoder (2018) define um evento traumático como sendo aquele que ameaça a vida ou o corpo de um indivíduo, produzindo terror e sentimento de impotência perante a ele. Esse evento afeta a resposta do indivíduo ou do grupo à essa ameaça, levando-os a perder o controle e questionar o significado de sua vida. Os traumas fazem com que os indivíduos sintam-se fora da realidade e sejam tomados por sentimentos de rancor e raiva, questionando suas crenças. Isso, juntamente com a tentativa de suprimir a dor daquele que sofreu a da perda de alguém — quando esse é o caso —, leva a sentimentos de dúvida e culpa por estar vivo (Yoder, 2018).

Para uma maior compreensão, a autora cita cinco diferentes tipos de trauma. Os *traumas continuados e estruturalmente induzidos* são aqueles causados pela violência estrutural, isto é, uma violência que muitas vezes não é vista e nega acesso a questões básicas da sobrevivência humana. Pode ser que esse trauma seja reconhecido mais tardiamente, ou que permaneça na sociedade por muito tempo, de maneira cumulativa, levando os indivíduos a um cenário onde se vive em um estado contínuo de trauma. Sobre esse trauma em particular,

a autora aponta que pode-se desenvolver um senso de comunidade, visto que as pessoas vão se unindo para se ajudarem. No entanto, também pode ocorrer o contrário, e a confiança no outro pode ser perdida pelas adversidades que a comunidade encontra, sendo esse tipo de situação geralmente causada por políticos que encorajam a desconfiança entre grupos distintos (Yoder, 2018). Partindo dessa perspectiva, enxerga-se esse trauma no Kosovo, e um dos meios em que a desconfiança na sociedade é reforçada pelo próprio sistema educacional do país, que segrega os grupos étnicos e ensina a história de maneira a beneficiar um dos lados, caracterizar o outro como inimigo, e contribuir para que o trauma continue.

Outro tipo de trauma citado por Yoder (2018) é o *trauma social ou coletivo*, experienciado por uma sociedade e que pode acontecer de maneira direta ou indireta, por exemplo, ouvindo falar do evento traumático. Geralmente, esse tipo de trauma tem efeitos diferentes na sociedade, dependendo da proximidade de um grupo com a ameaça ou com o grupo traumatizado. No caso kosovar, a maioria albanesa-kosovar convive com a minoria sérvia dentro do próprio Kosovo, mas a região de maior tensão é na porção norte do país, justo a que está mais próxima da fronteira com a Sérvia. Sendo assim, mesmo após mais de 20 anos do final da guerra, ainda há trauma na sociedade que impede uma convivência harmoniosa entre sérvios e albaneses-kosovares, principalmente nas áreas fronteiriças.

Os *traumas históricos passados através de gerações*, são um tipo de trauma acumulado ao longo da vida ou de gerações, sendo também um trauma coletivo. Esse trauma é visto nos comportamentos dos indivíduos e dessa sociedade — ou no silêncio dela —, em uma ou mais de uma geração. Além disso, o trauma histórico é comumente advindo de cenários onde se tem um trauma cultural, ou seja, onde uma sociedade passou por uma tentativa de extermínio de sua cultura (Yoder, 2018), como foi o caso dos albaneses-kosovares. Um vídeo produzido pela BBC (2019) apresenta dois jovens, Arian, de etnia albanesa, e Selena, sérvia. Apesar de crescerem após a guerra e morarem na mesma cidade, ambos possuem visões e opiniões moldadas pelos acontecimentos passados e pelos seus próprios grupos étnicos, o que dificulta o processo de cura do trauma, já que ele não está mais em uma só geração, mas está sendo passado às gerações seguintes.

O *trauma secundário* é vivido por pessoas que tentam ajudar uma sociedade, sendo seus efeitos parecidos com os sofridos pelas vítimas diretas. Esse tipo de trauma é ligado bastante a profissionais que atuam em áreas de catástrofes ou com vítimas diretas. Por fim, o *trauma induzido por participação* é aquele sofrido pelos indivíduos que causaram algum trauma a outro, podendo ser tão grave quanto o das vítimas e sobreviventes (Yoder, 2018). Dito isso, entende-se que no Kosovo não somente a maioria albanesa-kosovar passou por

eventos traumáticos, mas também membros de forças sérvias que atuaram na guerra e do ELK.

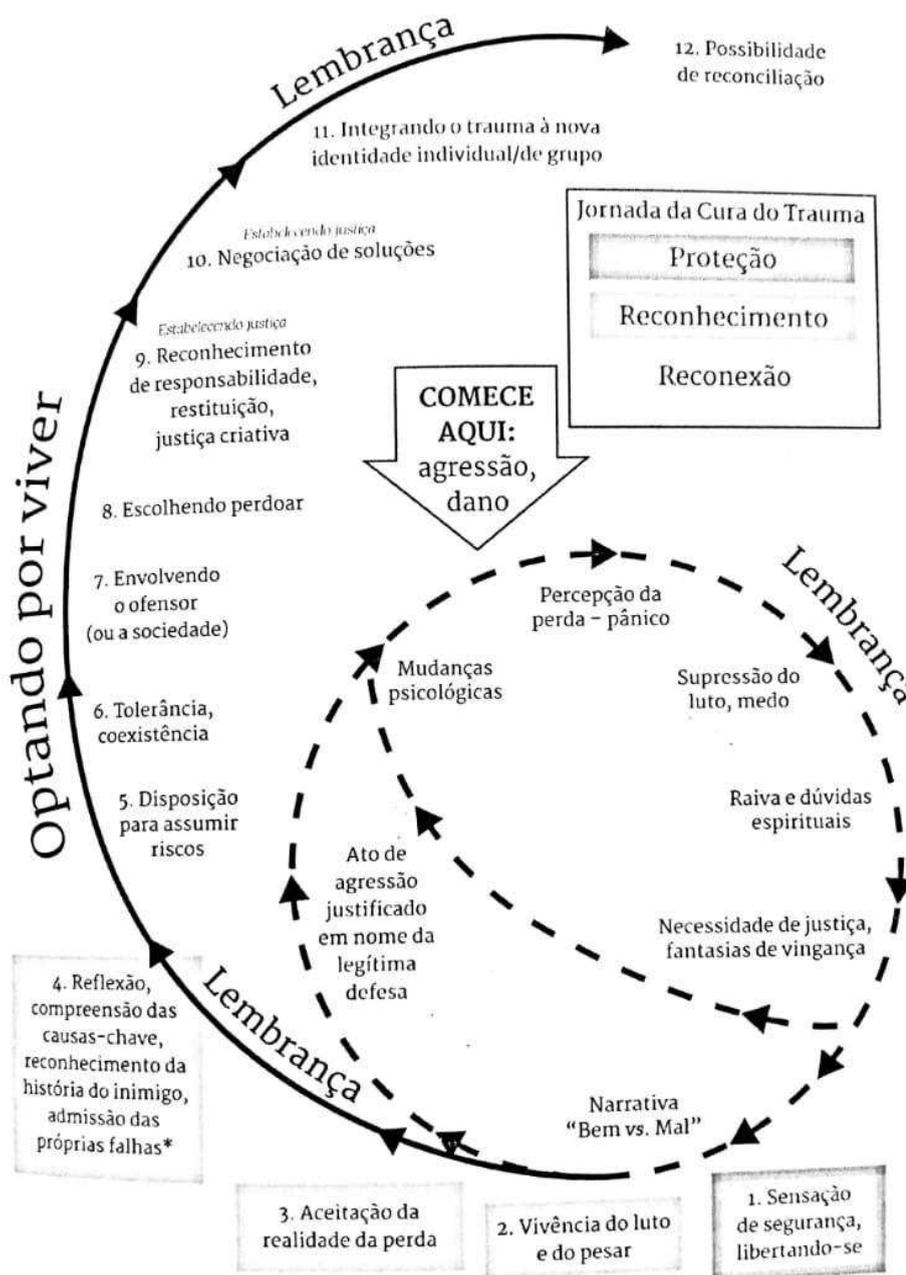
Quando um trauma não é curado, o indivíduo ou a sociedade convive diariamente com sentimentos de injustiça, medo, humilhação e ódio, o que afeta a qualidade dos relacionamentos dessa sociedade e seu modo de vida. Com a intensificação desses sentimentos reprimidos, há a expressão desse trauma não curado, podendo prejudicar o próprio indivíduo traumatizado ou a outros. De acordo com a autora, essa expressão costuma ocorrer perto de datas significativas para o trauma em questão, como por exemplo, aniversário do evento (Yoder, 2018). A partir dessa perspectiva, é possível pensar que um trauma não curado causa violência direta, e que a repetição dessas ações acaba criando um cenário de violência estrutural naquela sociedade.

Para Yoder (2018), o indivíduo traumatizado que não é devidamente curado pode entrar no ciclo inimigo/agressor, que se inicia com um aumento da identidade de grupo e da necessidade de proteção. Entretanto, por causa dessa necessidade, do sentimento de humilhação e de tentar explicar o que aconteceu, entra-se em um processo de desumanização e projeção do mal no outro, em detrimento de se colocar no “lado bom”. Dessa forma, o grupo pode enxergar a violência como uma um caminho para superar a violência que lhes foi praticada e para buscar a justiça e assim realizar ataques ao inimigo, afastando essa sociedade de relacionamentos saudáveis e de reconciliação e colocando-a cada vez mais no ciclo de inimigo/agressor (Yoder, 2018).

Logo, Yoder (2018) destaca a importância de romper o ciclo do trauma para que a sociedade seja reconciliada. Ao sair do ciclo inimigo/agressor, a jornada para cura do trauma prevê três fases: proteção, reconhecimento e reconexão. A primeira envolve dar segurança a uma sociedade que sofreu com a violência, para que sejam discutidas questões como luto e memória, sendo essa fase, segundo a autora, essencial para se alcançar a cura. A autora destaca que, muitas vezes, a paz estável é difícil de ser alcançada, mas é preciso encontrar mecanismos para que o trauma possa ser superado mesmo em cenários ainda não tão seguros. Esse ponto caminha com a ideia de “agir bem a despeito da ameaça” (p.61), que envolve ações como aprender alternativas não-violentas diante de uma ameaça, ter apoio social, vontade de sair da vitimização e da violência e líderes positivos. Yoder (2018) frisa bastante a importância de ter líderes positivos como parte do processo de jornada para a cura. Esses líderes possuem o papel de separar os fatos verdadeiros de falaciosos, o passado do presente, encarar o que realmente acontece para superar os problemas, aprender sobre a humanidade dos grupos inimigos e restaurar laços de famílias e outros grupos que apoiam trazer as

questões do trauma para serem discutidas. Em casos em que os líderes também tenham sido afetados pelo evento traumático, as organizações internacionais podem ajudá-lo a lidar com os desafios da cura do trauma (Yoder, 2018).

Figura 2 – Jornada para a cura do trauma



Jornada da Cura do Trauma: Rompendo os Ciclos

* Isto não se aplica a todos os casos. Por exemplo, nos casos de abuso sexual de menores, em que as pessoas traumatizadas não possuem responsabilidade sobre o que aconteceu.

Baseado no modelo de Olga Botcharova, de 1988, em *Forgiveness and Reconciliation*. Templeton Foundation Press (todos os direitos reservados). Esta adaptação do modelo de Botcharova é criação da Eastern Mennonite University, Center for Justice and Peacebuilding, 2002.

Em seguida, Yoder (2018) aponta que enfrentar o passado para entender a realidade e observar os desafios do futuro abrem caminhos para a cura do trauma. Nessa fase do reconhecimento é fundamental entender e contar sua própria história, porém a autora apresenta as reflexões de Judith Herman, que diz que isso deve ocorrer de maneira gradual para não inflamar os sentimentos e entrar no ciclo do agressor:

Quando a história inteira é reconhecida e lamentada — valor, heroísmo, sacrifício, dor, medo, resiliência, traições, humilhações insuficiências, atrocidades e culpa —, então pode-se deixar de lado a vergonha e a humilhação, buscar o perdão, celebrar a coragem e parar de repetir ou reencenar o trauma (Yoder, 2018, p.65).

Dessa forma, Yoder (2018) coloca os memoriais como alternativa para expressar o luto e a lembrança de forma positiva, já que são locais físicos que representam a memória do outro e é um reconhecimento do sofrimento alheio. Sendo assim, é essencial compreender que a história do outro — do inimigo — também é importante, uma vez que essa constatação tira o indivíduo do lugar de vítima e de sua realidade, caminhando para desenvolver um sentimento de empatia e quebrando a percepção de ameaça e incerteza sobre o outro além da ideia de superação do evento traumático (Yoder, 2018).

Por fim, a fase da reconexão envolve se relacionar com o outro, perdoar e buscar justiça. É importante assumir riscos e tentar se conectar e se contatar com seu inimigo, seja esse encontro feito por um mediador ou não. Yoder (2018) afirma que, quando você encontra seu ofensor, ele passa a ter um rosto e isso contribui para a humanização do outro. A ideia é não voltar ao ciclo da vítima/agressor e, conseqüentemente, não usar o sofrimento como arma. O encontro entre partes antes antagonistas contribui para a cura do trauma também de forma física, visto que, quando há esse encontro e quando se escolhe agir diferente, o cérebro responde de maneira diferente e os estímulos de estresse do trauma não vêm à tona, passando para o corpo uma ideia de controle sobre a situação (Yoder, 2018).

Carolyn Yoder (2018) também coloca em discussão a importância do perdão, dizendo que optar por ele não é esquecer o que aconteceu ou não querer justiça. Pelo contrário, perdoar envolve a restituição do dano e assumir a responsabilidade de reparar o erro cometido, para que haja um fim no sentimento de amargura. Nas palavras da autora:

o perdão oferece uma liberação do fardo da amargura. Não significa abrir mão da busca por justiça, mas se desvencilhar dos ciclos de vingança e retribuição e permitir a busca de uma justiça que seja restaurativa, tanto a vítimas como a agressores, e que ofereça uma plataforma para a reconciliação (Yoder, 2018, p.73).

O processo de perdoar não é simples, uma vez que envolve o pessoal e o coletivo e aqui se retoma a importância de compartilhar histórias e conhecer a história do outro, pois se torna mais fácil perdoar quando você reconhece o outro e sua história.

A autora frisa que a ideia da busca por justiça não significa voltar ao cenário de desconfiança e medo, mas sim de recompensar aqueles que sofreram perdas e de que os culpados se desculpem e assumam seus atos. É comum a ideia de que a justiça restaura a normalidade e cura a dor, entretanto somente ela não causa a cura ou tira os indivíduos dos ciclos viciosos, o que também não significa que não deve ser buscada. Sendo assim, é preciso reconhecer que o trauma necessita de mais do que o sistema judicial tende a oferecer. Essa afirmação se justifica pelo fato de que o sistema judicial tradicional age de forma punitiva, identificando o agressor e denunciando essa agressão, mas não encoraja o transgressor a assumir as responsabilidades (Yoder, 2018).

Sabendo dessa perspectiva, em cenários de eventos traumáticos faz-se necessário utilizar outros tipos de mecanismos de justiça. A alternativa da *justiça reparativa* foca no dano da transgressão cometida e nas responsabilidades que devem ser assumidas para corrigi-lo e, apesar da vítima ser o objeto de maior foco, esse tipo de justiça busca envolver todos os envolvidos, isto é, as vítimas, os agressores, a sociedade e as famílias das vítimas. Uma segunda alternativa é a *justiça transformativa*, que é optada em casos de violações ligadas a violência estrutural, à ordem política e social, de forma que as resoluções propostas tendem a ver mudanças sistêmicas para que os erros cometidos não se repitam. A *justiça transicional* é uma opção para assistir sociedades que passaram por conflitos ou regimes repressivos, com a finalidade de responsabilizar os agentes infratores. Ela utiliza de respostas judiciais e não judiciais, reparação de vítimas, processo contra os agressores e o estabelecimento de iniciativas para buscar a verdade sobre os fatos e realizar reformas em instituições, ou seja, a justiça transicional é tanto restaurativa quanto punitiva. O último tipo de justiça apresentado pela autora é a *justiça criativa*, na qual é fomentada a questão da importância da memória, de modo que são utilizados símbolos e elementos culturais com o objetivo de prevenir que as ações agressivas se repitam (Yoder, 2018).

Finalmente, chegando ao último passo das fases de reconexão, está a possibilidade de reconciliação. Destaca-se que a reconciliação não ocorre em um momento fixo, mas é resultado de todos esses processos e esforços para a cura. Assim, alcançar o máximo de justiça e o perdão não garantem que as sociedades irão de fato se reconciliar, mas quando o fazem, ela se torna visível nas relações sociais, nas atitudes pessoais e nos comportamentos diante do ofensor (Yoder, 2018). Logo, é relevante retomar as contribuições de Lederach sobre as abordagens para uma conceituação mais apurada acerca da reconciliação. Os autores convergem ao explicitar a importância dos relacionamentos para a reconciliação, que podem ser buscadas nas ações propostas por Yoder. Consequentemente, dá-se ênfase à importância de

iniciativas que visem oportunizar o compartilhamento de histórias de vítimas, sobreviventes e agressores para que sejam validadas e os indivíduos possam buscar o perdão e a superação, de forma que as violências cometidas não sejam esquecidas, mas sim restituídas, com a finalidade de construir relacionamentos entre os grupos para se viver em segurança.

Voltando à discussão da Justiça de Transição (JT), é importante mencionar a contribuição de outros autores sobre esse tópico. Brett e Malagón (2022) afirmam que ela emergiu como uma resposta abrangente e evolutiva para lidar com violações passadas dos direitos humanos, especialmente aquelas ocorridas durante regimes autoritários na era da Guerra Fria, como na Iugoslávia. Assim, sua aplicação tem se expandido consideravelmente em ambientes de conflito e pós-conflito como proposta da paz liberal, mas após a década de 1980, tornou-se uma intervenção comum em iniciativas de construção de paz, centrada nos direitos das vítimas à verdade, justiça, reparação e não repetição, conceitos centrais nas críticas à proposta anterior. Por isso, após os anos 2000, percebeu-se um aumento no interesse pela perspectiva das vítimas de violência política tanto na academia como na prática, sendo esse processo chamado de “*victims’ turn*”. A partir de então, discutiu-se a possibilidade e a importância de envolver as vítimas de forma participativa e a partir da base (de baixo para cima) na construção e implementação de medidas e programas de JT, sendo as vítimas o ponto focal (Brett; Malagón, 2022).

Entre os objetivos fundamentais da JT estão o desenvolvimento de mecanismos judiciais e não judiciais para alcançar responsabilização por crimes passados, bem como iniciativas de justiça restaurativa e mecanismos de segurança e paz. Dessa forma, em contextos de paz, são identificadas várias dimensões-chave para a paz de qualidade, incluindo segurança pós-guerra, governança eficaz, reestruturação econômica, fortalecimento da sociedade civil e promoção da coesão social. A expansão global de práticas e medidas de JT ao longo do tempo consolidou o desenvolvimento desse campo, com a adoção por diversos atores, como governos, organizações locais e internacionais (Brett; Malagón, 2022). No entanto, os autores destacam, em consonância com Yoder, que apesar de sua importância, as práticas de JT nem sempre possuem êxito:

As práticas de Justiça Transitória não conduziram inexoravelmente a uma paz autossustentável e, por vezes, desafiaram transições frágeis, manifestando-se, por exemplo, no confronto entre os atores que procuram a responsabilização e os atores e setores habitualmente poderosos que lutam para manter tanto o poder histórico como a impunidade (Brett e Malagón, 2022, p. 493, tradução própria)¹.

¹ Transitional Justice practices have not led inexorably to self-sustaining peace, and have, at times, in fact challenged fragile transitions, manifest, for example, in the confrontation between those actors seeking accountability and those habitually powerful actors and sectors struggling to maintain both historical power and impunity.

Desse modo, esses desafios e limitações destacam a complexidade de garantir uma paz duradoura por meio da JT, mas também de sua necessidade no processo de cura do trauma para a construção da paz. É de suma importância que os agressores sejam responsabilizados pelos seus atos, mas que também sejam reinseridos na sociedade, e que as vítimas sintam-se restituídas e prontas para perdoar e estabelecer relacionamentos. Como já explorado, esses fatores são essenciais para o processo de reconciliação e para a construção de uma sociedade segura e pacífica, que saiba lidar com seu passado de forma a lembrá-lo, mas sem querer vingança pelo que sofreram. Algumas organizações auxiliam sociedades que passaram por conflito a curarem seus traumas por meio de projetos que visam alcançar esse cenário ideal. No Kosovo, por exemplo, uma dessas instituições é a ONG Humanitarian Law Center Kosovo, que será explorada no próximo capítulo.

2. ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: HISTÓRIA, MEMÓRIA COLETIVA E ATUAÇÃO DO HUMANITARIAN LAW CENTER KOSOVO

O Kosovo passou por décadas de tensões políticas e conflitos étnicos que moldaram profundamente sua história e sua sociedade. Desde a dissolução da Iugoslávia, na década de 1990, as tensões entre a maioria étnica albanesa, que buscava independência, e o governo sérvio, que reivindicava controle sobre a região, aumentaram significativamente. Sendo assim, o conflito atingiu seu ponto máximo em 1998, dando início à guerra do Kosovo, que se encerrou formalmente no ano seguinte após uma intervenção internacional da OTAN. É importante destacar que os anos de violência e de guerra deixaram traumas na sociedade kosovar e, por conta das ainda complexas interações entre as etnias envolvidas, a memória coletiva desempenha uma papel fundamental na reconciliação e na construção da paz no Kosovo.

Todavia, a construção dessa memória é um desafio no país, tendo em vista as memórias e narrativas distintas que permeiam no meio social, bem como as dificuldades de abordar essas narrativas no sistema educacional do Kosovo. Dessa forma, o Humanitarian Law Center Kosovo surge como uma instituição de grande importância no contexto do Kosovo pós-conflito, por se dedicar a promover direitos humanos, justiça de transição e reconciliação. No presente capítulo será feito um breve histórico da guerra do Kosovo, além de serem explorados os desafios de se construir uma memória coletiva do conflito. Por fim, será apresentada a ONG Humanitarian Law Center e algumas de suas principais linhas de atuação e atividades.

2.1. O conflito no Kosovo

O Kosovo está localizado na região dos Balcãs, na Europa Oriental, fazendo fronteira com a Sérvia, Montenegro, Albânia e Macedônia do Norte. O país conta com uma população de 1.780.000 habitantes, sendo sua capital a cidade de Pristina (Lampe; Young; Allock, 2024). Este é considerado um dos países mais novos do mundo, tendo conquistado sua independência no ano de 2008. Entretanto, esse status ainda não é reconhecido por muitos Estados, entre eles a Sérvia, país com o qual Kosovo possui profundas desavenças. O território kosovar é composto por uma maioria étnica albanesa (cerca de 90% da população) e uma minoria de etnia sérvia. Além da diferença linguística entre as etnias, destaca-se também as diferenças religiosas, visto que os albaneses são, na maior parte, muçulmanos, enquanto os sérvios, cristãos ortodoxos.

Figura 3 – Localização do Kosovo



Fonte: extraído de BBC (2023)

É importante pontuar que, apesar dos conflitos nos Balcãs serem frequentemente explicados pelo ocidente com base no *ethnic hatred*, Malcolm (1999) afirma que por muito tempo, as guerras que ocorreram no Kosovo não possuíam as características de um conflito étnico. A explicação para o aumento das tensões étnicas, para o autor, está na politização das questões entre os sérvios e albaneses a partir do século XIX. Neste período, o sentimento anti-ortodoxo implementado pelo império otomano no Kosovo e a expulsão em massa de albaneses da região pela Sérvia, serviram como potencializadores das tensões entre esses grupos étnicos, que viam o outro como uma ameaça à sobrevivência de si próprios (Malcolm, 1999).

Durante sua história, os balcãs foram ocupados e influenciados por diferentes impérios, entre eles o austro-húngaro, o russo e o turco-otomano. Em 1912, a Liga Balcânica, formada por Sérvia, Montenegro, Bulgária e Grécia, iniciou uma guerra contra a Turquia em uma tentativa de expulsar o império otomano da região (Oliveira, 1999). A Sérvia queria incorporar o Kosovo ao seu território e possuía três justificativas para tal ação:

o ‘direito moral de um povo mais civilizado’; o direito histórico a uma área que continha os edifícios do Patriarcado da Igreja Ortodoxa sérvia e que já fez parte do império sérvio medieval; e uma espécie de direito etnográfico baseado no fato de

que em algum momento no passado o Kosovo tinha tido uma população majoritariamente sérvia (...) (Malcolm, 1999, p.xxxi).²

A absorção do Kosovo à Sérvia é concretizada na Conferência de Londres em 1913, onde se decidiu as novas linhas territoriais dos Balcãs após o conflito. Isso dá início a um processo de militarização por forças sérvias na região, além da expulsão de muçulmanos albaneses (Oliveira, 1999).

A partir de 1918, tem-se a criação de um novo Estado, a Iugoslávia, que incorporava o território da Sérvia — e do Kosovo —, e áreas do que hoje seriam Montenegro, Croácia e Eslovênia. Dentro desse Estado, era claro que os albaneses que lá viviam eram perseguidos e possuíam menos direitos do que as outras etnias. Exemplos claros dessas questões foram a colonização sérvia de áreas de população albanesa, onde sérvios receberam a maior parte das terras após a reforma agrária realizada na região, e o não cumprimento da promessa do governo iugoslavo de construir escolas que utilizassem a língua albanesa para o ensino básico, de modo a atender a maioria da população da região do Kosovo. Pelo contrário, o governo fechou ou converteu escolas albanesas montadas pela própria população em escolas sérvias (Malcolm, 1999).

Essa grande perseguição foi cessada durante o governo de Josip Broz Tito. Tito é uma figura controversa, que ao mesmo tempo que é visto como um grande líder que manteve a Iugoslávia unida durante as décadas que a governou, também é ligado a casos de perseguição política a opositores, supressão de movimentos separatistas e religiosos e violação de direitos humanos. Apesar disso, algumas medidas que beneficiaram os albaneses foram implementadas. Primeiramente, Tito interrompeu o movimento de colonização sérvia e a proibição da língua albanesa no Kosovo. Ademais, o governante também concedeu um novo status a alguns territórios com a nova constituição da Iugoslávia de 1974 (Malcolm, 1999).

O Kosovo era considerado uma região autônoma, mas parte constituinte da Sérvia, ou seja, essa região tinha o poder de realizar decisões econômicas e culturais e proteger seus cidadãos, mas não era e nem tinha o poder de uma república, como era o caso da Sérvia dentro da Iugoslávia (Malcolm, 1999). Dessa forma, com a nova constituição, o Kosovo conseguiu se aproximar do status que as outras repúblicas iugoslavas possuíam, como por exemplo participar da administração e de alguns órgãos do Estado. Entretanto, os albaneses foram reconhecidos apenas como nacionalidade, e não como uma nação, isto é, não eram, de

² the 'moral right of a more civilized people'; the historic right to an area which contained the Patriarchate buildings of the Serbian Orthodox Church and had once been part of the medieval Serbian empire; and a kind of ethnographic right based on the fact that at some time in the past Kosovo had had a majority Serb population [...].

fato, uma república (Oliveira, 1999). A verdade é que o governo central tinha receio de que o Kosovo, ao ter o status de república, se interessaria em deixar a Iugoslávia e se anexar à Albânia (Malcolm, 1999).

Com a morte de Josip Tito, em 1980, o regime da Iugoslávia começa a ruir por questões econômicas e sociais, despertando sentimentos nacionalistas nos diferentes grupos étnicos que compunham o país. Foi nesse contexto que Slobodan Milosevic ganhou destaque no Partido Comunista da Sérvia, com seu discurso nacional-populista e as aspirações de criar uma “Grande Sérvia”. Ele subiu ao poder da República da Sérvia em 1989, e logo no início de seu governo, o parlamento do país aprovou medidas que limitavam a autonomia do Kosovo. Assim, o controle da polícia, da defesa civil e dos tribunais kosovares retornavam para as mãos de Belgrado, o que causou grande revolta na população kosovar e insegurança em outras repúblicas da Iugoslávia, como a Croácia e a Bósnia, que deram início aos seus processos de independência (Oliveira, 1999).

No ano seguinte, os albaneses kosovares realizaram um referendo a fim de declarar a independência da República do Kosovo, que contou com a participação de 87% da população, da qual 99% foi favorável à independência. O governo sérvio reprimiu fortemente as manifestações no Kosovo, resultando em episódios de violência policial contra albaneses e de buscas ilegais em residências. Os processos de independência das outras repúblicas, principalmente o da Bósnia, causaram alerta nos albaneses kosovares, especialmente no tocante à religião, pelo medo do discurso nacionalista sérvio que via os muçulmanos como uma ameaça. A Sérvia, em uma tentativa de expulsar albaneses da região, intensificou medidas que tornavam suas condições de vida mais difíceis, como a supressão de publicações na língua albanesa e a mudança de nomes de importantes locais, a fim de prejudicar a cultura albanesa (Malcolm, 1999).

Com o fim da Guerra da Bósnia, em 1995, foram assinados os Acordos de Dayton, onde a questão kosovar foi deixada de lado. Para Nogueira (2000), esse foi o motivo para o aumento dos conflitos no Kosovo e a razão pela qual essa pauta foi levada a nível internacional. Os governos ocidentais não adicionaram no acordo termos ligados ao Kosovo pois queriam que Milosevic cumprisse o que estava previsto para o encerramento da Guerra da Bósnia e para uma estabilização na região. Entretanto, o que se vislumbrou foi um aumento na violência contra albaneses, principalmente em ações de limpeza étnica que se assemelhavam àquelas utilizadas pelos sérvios na Bósnia, chamando então a atenção das potências ocidentais para o Kosovo (Nogueira, 2000).

Tendo em vista esse cenário, o Exército de Libertação do Kosovo (ELK) aumentou a intensidade e a frequência de suas ações contra forças sérvias. Sua primeira aparição pública se deu em 1997, durante uma entrevista com um dos membros na Suíça, em que o ELK assumia alguns tiroteios realizados contra forças policiais sérvias. Este membro ainda dizia que o movimento possuía muito apoio popular, sendo plausível fazer uma ligação entre a frustração dos Acordos de Dayton e um maior apoio às ações do ELK (Malcolm, 1999).

Como uma tentativa de solucionar o conflito e estabilizar a região, além de atingir pontos ignorados em Dayton, uma conferência foi realizada em Rambouillet, na França, em 1999. Diante dos impasses entre Sérvia e Kosovo, decidiu-se pelo fim da repressão dos albaneses kosovares, pelo envio de uma força de paz internacional liderada pela OTAN e retirada das forças sérvias que até então ocupavam a região. Entretanto, Rambouillet não conseguiu mudar significativamente o status do Kosovo, que continuou sendo parte da República Federal da Iugoslávia (Nogueira, 2000). Ao final da conferência, apenas o Kosovo, representados pelo ELK, assinou o acordo, enquanto Milosevic não aceitou os termos e preparava um novo ataque aos kosovares (Solana, 1999).

Sendo assim, com a justificativa de evitar uma limpeza étnica na região, a OTAN, sem autorização do Conselho de Segurança da ONU, iniciou uma campanha de bombardeio no Kosovo e na Sérvia que durou 77 dias, quando Milosevic decidiu retirar as forças sérvias do Kosovo. Valur Ingimundarson (2007) tece críticas quanto ao modo de ataque da OTAN, dizendo que “a Guerra do Kosovo foi travada de uma forma claramente pouco heroica; confiando apenas no poder aéreo, a OTAN não queria sacrificar a vida de um único soldado, mesmo que uma ‘limpeza étnica’ estivesse a ocorrer no terreno” (p.105, tradução própria)³. A partir de então esse território foi supervisionado por duas operações, a Kosovo Implementation Force (KFOR) da OTAN e a U.N. Mission to Kosovo (UNMIK), que atuam para prover ajuda humanitária, auxiliar na reconstrução de comunidades e de infraestrutura e na promoção da desmilitarização do ELK, bem como sua reinserção na vida civil (Solana, 1999).

Após o término do conflito, Milosevic foi julgado e condenado por crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia. Embora a guerra tenha cessado no fim da década de 90, o Kosovo só conseguiu sua independência em fevereiro de 2008, a partir de uma declaração unilateral. Como resultado, o Kosovo enfrenta uma dificuldade de reconhecimento dessa independência no plano internacional, uma vez que, até

³ The Kosovo War was fought in a distinctly unheroic fashion; relying solely on air power, NATO did not want to sacrifice the life of a single soldier, even if “ethnic cleansing” was taking place on the ground.

o ano de 2022, 116 dos 193 Estados-membros da ONU reconheciam o Kosovo como um Estado soberano e independente (Santos; Rodrigues; Marinho, 2022), e continua sob ocupação de tropas da OTAN e da administração da ONU (Visoka; Richmond, 2017 *apud* Carvalho; Lima; Oshima, 2019)

2.2. A questão da memória no Kosovo

Esse processo de busca por autonomia e independência do Kosovo deixou marcas na sociedade, seja no período anterior à guerra, pela perseguição e violência contra albaneses ou mesmo durante a guerra ocorrida no final dos anos 1990. As políticas repressivas de Milosevic, além da divisão étnica-social entre albaneses kosovares e sérvios, desenvolveu um sentimento de ódio entre esses povos (Ingimundarson, 2007) e moldou as relações étnicas e o comportamento político do presente baseando-se nas lembranças de um passado violento mesmo para indivíduos que não tenham presenciado a guerra. Sendo assim, é possível compreender que as novas gerações kosovares são formadas sob essa influência do período pós-guerra, justamente por causa da falta de confiança e de reconciliação e de um discurso de uma elite da sociedade kosovar de vitimização e que caracteriza o outro como seu inimigo. Além disso, os jovens são expostos a narrativas unilaterais e etnocêntricas sobre seu passado, como também são afetados por um sistema educacional que separa as etnias e estereotipa o outro, fazendo com que se perpetue as memórias distintas em diferentes grupos étnicos (Baliqi, 2016):

As narrativas e comemorações do pós-guerra no Kosovo são etnicamente exclusivas e, conseqüentemente, existem memórias de guerra diametralmente diferentes e contestadas. Como resultado, aumentou a desconfiança entre as comunidades e separou outros espaços públicos através de monumentos mono-étnicos e nomes de ruas e escolas (Baliqi, 2016, p. 2, tradução própria).⁴

A ONG Humanitarian Law Center Kosovo concorda que as divisões étnicas dentro do sistema educacional e as narrativas divergentes fomentam o preconceito étnico, como também dificultam a compreensão da importância da justiça de transição:

Essa falta de informações precisas é a principal causa do déficit de conhecimento no Kosovo, pois o público em geral tem uma consciência e compreensão muito limitadas da importância das iniciativas de JT (justiça de transição), prejudicando as perspectivas de reconciliação. A divisão ao longo de linhas étnicas na educação pública é motivo de preocupação particular. Um grande número de livros didáticos e materiais de ensino usados nos sistemas albanês e sérvio contém elementos de nacionalismo e preconceito. Os esforços para introduzir novos métodos de ensino

⁴ Kosovo's post-war narratives and commemoration are ethnically exclusive and consequently there are diametrically different and contested war remembrances. As a result, it has increased mistrust among communities and separated further public spaces through mono-ethnic monuments, street and school names.

promovendo a compreensão intercultural, incluindo história, devem ser intensificados (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017, p.8).⁵

A memória coletiva tem a função de honrar e lamentar as vítimas, além de passar adiante lições sobre os acontecimentos traumáticos. Entretanto, em uma sociedade afetada pelo conflito, as lembranças e comemorações do período de guerra tornam-se partes da identidade cultural daquele povo, e podem ajudar a lidar com o passado e no processo de justiça de transição (Baliqi, 2016). Ingimundarson (2007) ressalta que a memória coletiva deve mediar as diferentes interpretações e significados das memórias, e que comissões da verdade podem auxiliar no processo da criação de uma memória coletiva. O autor, no entanto, chama a atenção para o fato de que a falta de comunicação entre sérvios e albaneses-kosovares dificulta o entendimento das violações que ocorreram durante a guerra, fazendo com que os julgamentos dos crimes cometidos sejam realizados, em sua grande maioria, por atores internacionais.

Baliqi (2016) aponta que as ONGs promovem ações inclusivas de memória no Kosovo que buscam libertar do passado étnico-nacionalista, de modo a incluir ambos os lados do conflito para construir uma memória de baixo para cima isto é, do micro para o macro. As ações realizadas por essas instituições buscam ir além da vitimização e de narrativas rivais, promovendo esforços reconciliatórios para essa sociedade. Ou seja, essas divisões, ressentimentos e medo do outro causados pelo conflito acabam gerando trauma na sociedade como um todo, visto que é uma ameaça a sua própria existência e, conseqüentemente, os relacionamentos sociais são afetados. Dentro desse cenário, algumas organizações não-governamentais e internacionais passaram a promover projetos para reconciliar essas sociedades de modo a curar o trauma causado e construir uma paz positiva no Kosovo, sendo a escolhida para esse estudo o Humanitarian Law Center.

2.3. O Humanitarian Law Center e suas atividades

O Humanitarian Law Center (HLC) é uma ONG sérvia, criada em 1992, que também possui um escritório em Pristina, no Kosovo. Assim, o HLC Kosovo (HLCK) foi criado em 1997, mas desde abril de 2011 opera de maneira independente no país. As primeiras atividades, ainda antes do início dos maiores conflitos, estavam ligadas ao registro das

⁵ This lack of accurate information is the main cause of knowledge deficit in Kosovo, as the general public has a very limited awareness and understanding of the importance of TJ initiatives, damaging prospects of reconciliation. The division along ethnic lines in public education is of particular concern. A large number of textbooks and teaching material used in both Albanian and Serbian systems contain elements of nationalism and prejudice. Efforts to introduce new teaching methods promoting intercultural understanding, including history, must be intensified

repressões policiais sofridas pelos albaneses kosovares e investigação de casos de tortura, detenções ilegais, interrogatórios e julgamentos políticos na região. Com o estouro do conflito no ano de 1998, o HLC Kosovo direcionou suas atividades a mapear e contabilizar mortes e desaparecimentos não só de albaneses kosovares, mas também sérvios e outros grupos étnicos (HLCK, 2024).

Mesmo durante o período de intervenção da OTAN, a ONG continuou seus trabalhos, adicionando também a pesquisa de albaneses kosovares que haviam sido expulsos do Kosovo. Sendo assim, após o fim do conflito e com a assinatura do acordo de paz, em 1999, o HLC Kosovo se restabeleceu em Pristina e se concentrou em reportar as atrocidades cometidas pelas forças sérvias durante a guerra, e investigar desaparecimentos, sequestros e assassinatos de pessoas de diferentes grupos étnicos. Atualmente a instituição desenvolve atividades em quatro diferentes ramos, sendo eles justiça, documentação e memória, educação e reconciliação (HLCK, 2024).

As ações que a HLC Kosovo realiza para buscar promover justiça no Kosovo se dão por meio do *advocacy* para que o direito à justiça das vítimas seja garantido e possa haver uma compensação pelos crimes sofridos, bem como informar a população sobre os julgamentos de crimes de guerra que ocorrem nas cortes e fomentar o desenvolvimento do setor judiciário kosovar. O projeto "*Monitoring of war crimes trials and criminal offenses with a political and ethnic background in Kosovo*" está ativo desde o fim do conflito da década de 90, e nele são monitoradas as audiências dos julgamentos e são coletados documentos para a análise e criação de um relatório. O HLC publica relatórios anuais sobre casos de crimes de guerra e crimes ligados à ofensas étnicas e políticas, e nestes, além das análises, traz recomendações para as instituições responsáveis pelos julgamentos. Além do pessoal especializado da ONG, esse projeto conta com a participação de jovens estudantes, onde estes contribuem com discussões sobre JT, podendo colocar em prática a teoria estudada (HLCK, 2024).

No que tange a documentação e memória, a organização se compromete a manter viva a memória das vítimas por meio de exposições, palestras e documentários. Um dos projetos é o "*DwP Histories*", onde são contadas histórias de diferentes pessoas, que expõem sua vida antes, durante e depois da guerra, a fim de dividir sua experiência com a comunidade e espalhar um maior entendimento sobre o que ocorreu. Os eventos ocorrem no *Documentation Center Kosovo*, um lugar público da HLCK a fim de atingir o maior número de pessoas possível. A organização também produz vídeos animados baseados em depoimentos ou documentos dos tribunais para contá-los de maneira acessível, que depois podem ser

acessados no site da ONG. Outro interessante projeto é a de marcação de locais de crimes de guerra, isto é, o HLCK possui uma série de brochuras em seu site que apresentam locais do país onde ocorreram crimes de guerra, contando um pouco de como era o local e o que aconteceu nele (HLCK, 2024).

Ainda na área de memória, a ONG realiza projetos que visam manter viva a lembrança daqueles que se foram. O *“Kosovo Memory Book”* é um monumento para as vítimas e desaparecidos durante a guerra. Muitas vezes as vítimas de um conflito são apenas uma estatística, e isso faz com que essas pessoas estejam distantes daqueles que sobreviveram, dando espaço para manipulação e até mesmo minimização das atrocidades da guerra. Dessa forma, o livro é um compilado de histórias de vítimas cujos dados já foram identificados e, quando finalizado, ele servirá basicamente como uma fonte segura do passado kosovar. O HLCK também realiza exposições de fomento à memória e uma delas é a *“Once upon a time and never again”*, que traz objetos e nomes de crianças que foram mortas durante a guerra do Kosovo (HLCK, 2024).

Na parte de educação, a ONG busca suprir a falta de material sobre a guerra nas escolas, onde, de acordo com esta, são propagadas informações parciais, de apenas um dos lados do conflito. Sendo assim, os projetos desenvolvidos buscam informar os mais jovens sobre a justiça de transição e a importância de sua ocorrência da maneira correta, e também para auxiliá-los a lidar com as consequências da guerra na sociedade kosovar. Além das palestras ministradas em escolas, universidades e centros comunitários, o HLCK possui um projeto chamado *“Summer School”*, onde jovens estudantes participam durante cinco dias de palestras sobre os pilares da justiça de transição, como também visitam locais onde crimes de guerra ocorreram e conhecem sobreviventes e suas histórias. A fim de encorajar os estudantes kosovares a continuarem a lutar por uma justiça de transição de qualidade, o HLCK oferece estágios para estudantes do ensino médio ou graduandos e direito para monitorarem os julgamentos desses crimes. Dentre suas tarefas, estão monitorar audiências, formular relatórios sobre os julgamentos que observaram e produzir textos sobre crimes de guerra para serem apresentados aos outros estudantes (HLCK, 2024).

Por fim, para que se alcance a conciliação a HLCK participa da *Coalition for RECOM*, uma rede de ONGs e outras organizações da sociedade civil dos balcãs que provêm dados e informações para a RECOM (*Regional Commission Tasked with Establishing the Facts about All Victims of War Crimes and Other Serious Human Rights Violations Committed on the Territory of the Former Yugoslavia from 1 January 1991 to 31 December 2001*). A coalizão foi criada em 2008, e desde então conta com a participação de mais de 2 mil organizações que

lidam com questões de direitos humanos, além de associações de famílias de desaparecidos, jovens engajados, advogados, artistas, entre outros. A *coalition for RECOM* entende a importância da união dos países que formavam a República da Iugoslávia para a formação de uma Comissão Regional, a fim que de se tenha um aprofundamento e estabelecimento sobre o que ocorreu no passado recente dessa região (HLCK, 2024).

A partir disso, observa-se que o HLCK busca realizar atividades em diferentes áreas, com o intuito de compreender, divulgar e curar o trauma causado na sociedade kosovar durante os anos de guerra. A ONG publica em seu site diversas brochuras informativas sobre seus projetos e, principalmente, sobre a temática da justiça de transição, mas também publica relatórios sobre o andamento desses projetos e o que está sendo alcançado através deles. Por isso, no próximo capítulo, será realizada a análise desses relatórios com o objetivo de entender as atividades realizadas e tirar conclusões sobre a eficácia delas para a reconciliação no Kosovo.

3. ANÁLISE DAS ATIVIDADES DO HLCK

Os relatórios anuais do Humanitarian Law Centre utilizados para essa pesquisa estão disponíveis no website da instituição, e se concentram entre os anos de 2014 e 2019, com exceção do ano de 2016, que não foi publicado no site. Nestes, a ONG narra as atividades desenvolvidas durante os anos, alguns resultados alcançados e perspectivas futuras. Neste capítulo será realizada uma análise não sistemática dessas atividades, buscando ressaltar aquelas que são essenciais para o processo de cura do trauma no Kosovo. Porém, antes da análise das atividades, é preciso entender um contexto geral do plano estratégico da HLCK entre esses anos.

Em setembro de 2014, o HLCK estabeleceu um novo planejamento estratégico da organização para ser realizado entre os anos de 2015 e 2018, onde algumas atividades que já estavam em andamento continuaram a ser realizadas e outras novas iriam estar sendo desenvolvidas. Portanto, em 2015, o HLCK propôs o novo programa de JT composto por três componentes essenciais, sendo eles o monitoramento e relato de crimes de guerra, priorizando julgamentos locais mas ampliando o monitoramento para uma as atividades da Corte Especial, além de prover informações reais para as atividades da Corte; representação de vítimas e localização de vítimas e de famílias para representá-las em tribunais no Kosovo e na Sérvia; atuação na educação sobre JT de modo a espalhar conhecimento sobre o tema para profissionais e a comunidade em geral (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017). Sendo assim, as atividades realizadas a partir de 2015 buscam se concentrar mais ainda nas propostas do novo plano estratégico.

O contexto político do Kosovo também é importante para compreender as atividades e seus resultados. No final de 2016, houve uma clara divisão política entre o governo e a oposição, que trouxe grandes implicações para o contexto sócio-político no Kosovo e no modo de lidar com o passado, conforme aponta o Humanitarian Law Center Kosovo (2017). Essa divisão incluiu a Aliança para o Futuro do Kosovo (AAK), a Iniciativa para o Kosovo (NISMA) e Vetevendosje, e fez com que rumores sobre possíveis eleições antecipadas surgissem em abril de 2017 devido à falta de votos no parlamento para aprovar o acordo de fronteira com Montenegro. Em 11 de junho de 2017, foram realizadas eleições legislativas antecipadas, mas isso não conseguiu resolver a instabilidade política que estava presente no Kosovo. O partido Vetëvendosje manifestou-se como o maior partido único, enquanto a coalizão PAN, composta por ex-líderes do ELK, a AAK, a NISMA e outros 9 partidos menores, obteve a maioria dos votos. Mesmo assim, a coalizão não conseguiu garantir a

maioria no parlamento para eleger um presidente da Assembleia (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

Após semanas de impasse, Behgjet Pacolli, líder da AKR, abandonou sua coalizão inicial para fazer um acordo com o PAN e conseguiu ser eleito presidente da Assembleia. Logo, o presidente Hashim Thaci deu a Ramush Haradinaj a permissão para formar o novo governo do Kosovo como primeiro-ministro. No entanto, Haradinaj, foi um ex-comandante da região de Dukagjin do ELK durante a guerra, e chegou a ser acusado no Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) por crimes de guerra. Seu governo, com 21 ministros e cerca de 50 vice-ministros, foi o maior da história do Kosovo, refletindo a necessidade de agradar aos diversos parceiros de coalizão. Além disso, durante este período, persistiram tensões no norte do Kosovo, exemplificadas pela construção de um muro pelas autoridades sérvias no final de 2016 na cidade de Mitrovica, que posteriormente foi interrompida por violar as leis do Kosovo (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

3.1. Monitoring War Crime Trials and Politically and Ethnically Motivated Crimes in Kosovo

No que tange a crimes de guerra ou crimes etnicamente motivados, compreende-se que são casos são muito sensíveis, principalmente em um país cujas instituições são relativamente novas. Por isso, organismos, juízes e procuradores internacionais também estão presentes na justiça kosovar através do EULEX (*European Union Rule of Law Mission in Kosovo*), uma missão civil da União Europeia. Esse órgão também anunciou a criação de um tribunal especial para crimes cometidos entre 1998 e 2000, a justiça local ainda é a base para esses julgamentos, visto que os trabalhos do TPII já foram totalmente concluídos, e em se tratando dos casos no Kosovo, esses processos já foram encerrados há alguns anos (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

O HLCK é a única organização que cobre, monitora e analisa a maioria dos processos de crimes de guerra ou de crimes étnico ou politicamente motivados no Kosovo. Sendo assim, as audiências dependem dos informes da organização para que sejam adquiridas informações verdadeiras e de qualidade sobre os julgamentos. Isso intensifica a posição que a instituição ocupa de maior fornecedora de recomendações para melhorias no sistema judiciário e dos procedimentos legais aplicados nos julgamentos. Baseando-se na observação dos julgamentos a cada ano, o HLCK produz um relatório anual que aponta recomendações para a melhoria da

performance do sistema judicial, das legislações e dos processos aplicados nos julgamentos (Humanitarian Law Center Kosovo, 2015).

Durante o período de janeiro a dezembro de cada ano, o HLCK acompanha os julgamentos e produz relatórios diariamente sobre eles. A organização coleta documentos em diferentes fases das investigações, entre elas evidências, depoimentos de testemunhas e decisões dos casos. Além disso, a ONG publica um relatório com base nas observações feitas no ano anterior ao que está sendo observado. Esse relatório é traduzido em três línguas (albasês, sérvio e inglês) e para sua publicação é realizada uma mesa-redonda onde ele é apresentado para membros do governo, ativistas, advogados e jornalistas para que possam discuti-los e, algumas vezes, são apontados os maiores desafios encontrados neles. Além de um relatório geral, o HLCK também publica relatórios de casos encerrados. Sendo assim, ao longo desse período, são realizadas reuniões com os estagiários do HLCK que estiveram envolvidos nos monitoramentos dos julgamentos de crimes de guerra e de motivações étnicas e políticas, que também prepararam relatórios sobre os julgamentos monitorados. (Humanitarian Law Centre, 2015). Observando-se os relatórios disponíveis, é possível compilar os dados obtidos na seguinte tabela.

Tabela 1 – Dados do projeto “*Monitoring War Crime Trials and Politically and Ethnically Motivated Crimes in Kosovo*”

Período	Jan-Dez 2014	Jan-Dez 2015	Jan-Dez 2017	Jan-Dez 2018	Jan-Dez 2019
Dias	127	180	82	78	40
Documentos coletados	1.009	1.253	402	1.924	265
Páginas	16.227	20.961	6.785	15.015	1.707
Casos	22	16	15	11	9
Estagiários	15	15	11	15	9
Reuniões com estagiários	24	23	23	17	16
Relatórios feitos por estagiários	281	521	109	70	82
Nome do relatório	<i>Witnesses still the Achilles Heel in high profile trials</i>	<i>High-profile Trials: Justice Delayed</i>	<i>As Time Passes, Justice for WAR CRIMES fades</i>	<i>War Crimes Trials - What Comes Next?</i>	<i>War Crimes: A discouraging transition</i>
Principal desafio	Proteção às testemunhas	Lentidão nos processos e os desafios em processos judiciais envolvendo casos de alto perfil	-	-	-
Publicações de casos encerrados	5	5	14	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Humanitarian Law Center Kosovo (2015, 2016, 2017, 2018, 2019)

Verifica-se que nos dois primeiros anos cobertos pelos relatórios o número de dias monitorados, documentos adquiridos e relatórios produzidos é bem superior ao dos três anos seguintes. Pode-se pensar que essa derrocada se deve a uma diminuição do número de casos a serem investigados, mas outras ações realizadas pela organização indicam que ainda há casos a serem investigados e julgados. Uma delas é a observação dos casos que serão julgados na Corte Especial do Kosovo, que ainda não teve início devido ao não encaminhamento de casos

para essa corte até aquele momento. Entretanto, o HLCK reporta em 2017 que a cooperação entre a ONG e outras instituições judiciais no Kosovo está se desenvolvendo e se tornando mais forte, uma vez que a organização é reconhecida pelo seu trabalho sério e de qualidade no campo. Além disso, o HLCK destaca que as recomendações feitas em seus relatórios são bem-vindas no sistema judicial kosovar e na EULEX, o que é sustentado nos relatórios de 2018 e 2019 (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2017; 2018; 2019).

3.2. *Dealing with the past*: oportunidades inovadoras de educação não-formal para jovens no Kosovo

Esse projeto tem o objetivo de compartilhar com a comunidade kosovar os princípios da JT e da importância de promover seus mecanismos (processos criminais, reparações, reformas institucionais e comissões da verdade). O *DwP* está em vigor desde 2011 e pretende atingir o maior número de estudantes universitários e de ensino médio possível, bem como a população kosovar no geral, a fim de incluir a educação cívica no currículo oficial do país. Entre as atividades estão a organização de workshops, palestras e a *summer school*. Nos workshops, em um primeiro momento é mostrado um documentário sobre os riscos de uma sociedade que não soube lidar com seu passado e não promoveu mecanismos de JT, e em seguida é apresentada a temática de JT, abordando seus pilares. Logo, é levantado um debate sobre o filme e também é apresentada a história da Iugoslávia, com foco na história do Kosovo. Além disso, o HLCK realiza uma *mock* de uma comissão da verdade, para que os estudantes possam representar diferentes papéis, entender como funciona esse mecanismo e fazer relatórios (Humanitarian Law Center Kosovo, 2015). As palestras também abordam a temática de justiça de transição e a importância de compreender o passado, mas por estarem inseridas em um ambiente universitário e contarem com a participação de público mais maduro e mais especializado, são realizadas de formato diferente dos workshops (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2017).

Nos anos de 2014, 2015 e 2017, a ONG reportou que os estudantes se engajaram nas palestras e nas atividades, de modo que satisfizesse a organização. Por meio de formulários de avaliação, o HLCK constatou que a maioria dos estudantes comentou sobre a importância do tópico estar inserido nos currículos escolares (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2015; 1016; 2017). Além disso, o HLCK percebeu que os estudantes vindos de regiões mais afetadas pelo conflito tinham maior disposição de falar sobre as causalidades cometidas por ambos os lados, enquanto aqueles que vivem em regiões menos expostas a atrocidades, preferem falar das

vítimas de sua própria etnia, demonstrando falta de empatia com as vítimas de outros grupos étnicos e justificativas para os crimes cometidos (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2014; 2016). Observou-se também que no início dos workshops os alunos eram mais propensos a usar discursos de ódio e a julgar mais severamente outras comunidades, mas no decorrer da atividade expressaram que estavam receptivos às novas informações apresentadas (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2017). Sendo assim, por meio dos relatórios dos anos de 2018 e 2019, o HLCK destaca que os workshops e palestras são algumas das atividades mais bem-sucedidas que eles realizam, uma vez que 95% dos jovens abordados nas oficinas declaram ter aprendido algo novo, enquanto 75% desejam que esses conhecimentos sejam incluídos em sua educação formal, isto é, nos currículos das escolas e universidades (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018; 2019). Na tabela a seguir verifica-se o número de eventos realizados e o número de participantes em cada uma das modalidades.

Tabela 2 – Dados do projeto “*Dealing with the past*”

Período	Jan-Dez 2014	Jan-Dez 2015	Jan-Dez 2017	Jan-Dez 2018	Jan-Dez 2019
Workshops	21	16	16	14	18
Participantes nos workshops	600	591	427	380	400
Palestras	-	12	7	-	-
Participantes nas palestras	-	-	164	-	-
Participantes Summer School	28	18	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Humanitarian Law Center Kosovo (2015, 2016, 2017, 2018, 2019)

Já a *Summer School* acontece geralmente em cinco dias e conta com a participação de estudantes de diferentes etnias e de diferentes partes do Kosovo, que se inscrevem previamente e são selecionados por meio de entrevistas. Na *Summer School* de 2014, os estudantes tiveram a oportunidade de estudar cada pilar da JT, visitar locais onde ocorreram crimes e conhecer e ouvir histórias de sobreviventes. Eles também assistiram a documentários e foram convidados para participar do debate sobre lidar com o passado organizado pelo *Dokufest*, um festival de cinema que acontece no Kosovo (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2015). Porém, no ano de 2015, foram feitas algumas mudanças quanto à programação, já que além da introdução à justiça transitória, os estudantes foram apresentados a algumas

iniciativas no HLCK, como o *Kosovo Memory Book*, o processo de identificação de pessoas desaparecidas e a RECOM. Além disso, exploraram os julgamentos por crimes de guerra nos tribunais do Kosovo e do TPII, discutiram reparações materiais e simbólicas, interagiram diretamente com comunidades de vítimas e consideraram reformas institucionais, especialmente no contexto educacional (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016).

As mudanças continuaram no ano de 2017, em que a *Summer School* passou a se chamar *National School on Transitional Justice*, e aconteceu no *Documentation Center Kosovo*, na cidade de Pristina, contando com a participação de estudantes em sua maioria dos cursos de Direito, Ciências Políticas ou ativistas de ONGs. O evento teve o propósito de abordar os aspectos mais importantes dos mecanismos de JT, a partir de uma mesa redonda com a temática “*Dealing with the Past in history and civic education textbooks*”. A *National School on Transitional Justice* contou com a participação de 18 indivíduos de diversas regiões do Kosovo e de duas etnias distintas, albanesa e romani. Apesar dos esforços do HLCK para envolver a comunidade sérvia, apenas dois participantes expressaram interesse, embora tenham posteriormente cancelado sua participação (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2017). Apesar de ter declarado estar satisfeita sobre como ocorreu o novo formato da atividade e manifestar que continuará com esse formato (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2017), a ONG não explicita como essa atividade é realizada nos anos de 2018 e 2019, apontando apenas que

uma nova edição da nossa escola de verão foi organizada em Prizren, em agosto, durante o festival anual Dokufest. [...] os temas das palestras abrangem todos os pilares da justiça de transição e buscam aumentar o conhecimento, a compreensão e a aceitação de um passado comum no Kosovo e das maneiras que foram usadas para lidar com ele (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2018, p.7, tradução própria).⁶

Nos relatórios de 2014 e 2015 é abordado a *Regional School for Transitional Justice*, um programa educacional não formal de 10 dias focado em abordar questões relacionadas ao passado, especialmente os conflitos armados que ocorreram na década de 1990 nos países pós-iugoslavos. Seu objetivo é aumentar a conscientização e o entendimento sobre esses eventos, capacitando os participantes a lidarem com questões de justiça transicional, como processos judiciais, mecanismos extrajudiciais e consolidação pós-conflito. Por isso, durante o programa, os participantes têm a oportunidade de assistir a palestras ministradas por especialistas sobre diversos tópicos, incluindo elementos jurídicos dos processos no Tribunal de Haia e nos tribunais nacionais, mecanismos extrajudiciais para investigar crimes do

⁶ A new edition of our summer school was organized in Prizren in August during the annual Dokufest festival. [...] topic of the lectures cover all pillars of transitional justice and seek to increase knowledge, understanding and acceptance of a common past in Kosovo and ways that have been used to deal with it.

passado, experiências de vítimas com direitos humanos violados, e o papel dos arquivos e da mídia na busca pela verdade e responsabilidade. Além disso, eles também discutem os processos de desenvolvimento e implementação de estratégias de justiça transicional em países como Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Sérvia, junto com especialistas dessas regiões (Humanitarian Law Center Kosovo, 2015).

Esse projeto não apenas visa fornecer conhecimento aos participantes, mas também busca capacitá-los a agir como agentes de mudança em suas comunidades e países, disseminando a consciência sobre os eventos do passado e promovendo o diálogo interétnico e a reconciliação. Para isso, o programa cria uma rede de ex-alunos composta por ativistas e profissionais engajados em diversos setores da sociedade civil e política na região da ex-Iugoslávia. Assim como nas *summer schools*, os alunos são selecionados para participarem. Em 2014 foram entrevistados 30 candidatos, dos quais 9 foram escolhidos, enquanto em 2015, houve 53 inscrições e 7 selecionados. Após o término do programa, o HLCK continua a apoiar os alunos, fornecendo materiais e assistência para a conclusão de seus trabalhos pós-escolares (Humanitarian Law Center Kosovo, 2014; 2015). Percebe-se uma semelhança entre essa atividade e a *National School of Transitional Justice*, e com base nos relatórios, a *Regional School* não foi mais realizada, podendo ter sido incorporada com o novo formato da summer school para se tornar a *National School*.

Retomando a ideia da mesa redonda que aconteceu na *National School of Transitional Justice*, inicialmente, o HLCK tinha como meta integrar questões de justiça transitória nos livros didáticos de educação cívica e usar os dados do *Kosovo Memory Book* nos livros de história. Contudo, com feedback recebido por especialistas, juntamente com uma compreensão mais aprofundada das necessidades dos alunos kosovares e dos desafios na reforma dos livros didáticos, levaram a uma revisão dessa ideia inicial. Assim, a ONG liderou a criação do Consórcio de Educação para a Paz, buscando unir organizações da sociedade civil com capacidade para influenciar positivamente a educação para a paz nos currículos escolares. Esse consórcio tem como objetivo elaborar e aprimorar os currículos de educação para a paz, incluindo temas como justiça transitória e lidar com o passado, além de fornecer diretrizes claras para os professores sobre como abordar esses temas em sala de aula (Humanitarian Law Centre, 2017).

Uma reunião de lançamento foi organizada em cooperação com o Fórum ZFD, onde representantes das organizações educacionais se encontraram com membros do Ministério da Educação para discutir a integração desses temas nos currículos escolares. Após esclarecimentos sobre o propósito da reunião, cada organização indicou quais materiais

poderiam contribuir para a educação para a paz. Sendo assim, ficou acordado que um Memorando de Entendimento seria assinado entre as partes envolvidas, delineando seus papéis e contribuições para o processo no ano seguinte (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017). Apesar da ideia parecer bastante encaminhada, verificou-se que no ano de 2019, o HLCK desenvolveu quatro capítulos educativos sobre justiça transitória para um futuro livro didático destinado aos alunos do último ano do ensino médio no Kosovo, mas que ainda deveria ser aprovado pelo Ministério da Educação (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019), ou seja, o projeto de 2017 ainda não havia se concretizado.

3.3. Kosovo Memory Book

As atividades realizadas pelo HLCK nesse projeto podem ser divididas em duas etapas. A primeira é a verificação e atualização de dados relacionados às vítimas já conhecidas, incluindo uma revisão das circunstâncias de suas mortes ou desaparecimentos. Já a segunda etapa envolve a busca por novas vítimas que ainda não estão registradas no banco de dados do projeto. Para alcançar esses objetivos, a ONG conduz entrevistas e preenche formulários de verificação e coleta evidências, que podem ser certidões de óbito, documentos pessoais ou fotos, e atualiza o banco de dados do *Kosovo Memory Book* com essas novas informações (Humanitarian Law Center, 2016). Todo esse processo é realizado por analistas, de maneira extremamente cautelosa para que não haja dados duplicados e para que a confiança nesses dados seja mantida (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2018).

Esse projeto é realizado em conjunto com o HLC, e em 2015 teve sua divulgação aumentada devido a seis apresentações públicas sobre a base de dados construída (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016). Não obstante, os dados coletados para o *Kosovo Memory Book* servem como uma base sólida para eventos de conto de narrativas sobre a guerra, fornecendo detalhes cruciais sobre as vítimas e as circunstâncias de suas mortes (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018) e muitos de seus dados foram utilizados para realizar a exibição “*Once Upon a Time Never Again*” (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019), que será abordada mais adiante. O HLCK alegou que a quantidade de dados coletados tem sido extensa e as análises estão levando mais tempo do que o planejado para serem realizadas, e por isso, até 2019 não haviam publicado o segundo volume do *Kosovo Memory Book* (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019). A tabela 3 reúne algumas informações numéricas sobre as atividades do projeto.

Tabela 3 – Dados do projeto “*Kosovo Memory Book*”

Período	Jan-Dez 2014	Jan-Dez 2015	Jan-Dez 2017	Jan-Dez 2018	Jan-Dez 2019
Entrevistas ⁷	665	86 (84 albaneses e 2 sérvios)	67	80	250
Formulário de atualização de arquivos de vítimas	940 (683 albaneses, 220 sérvios e 37 outros)	313 (297 albaneses, 15 sérvios e 1 romani)	985	479	904
Verificação sobre possíveis vítimas	984	119	278	62	149
Potenciais vítimas	1.071	171	345	65	149
Coleta de documentações/e vidências	-	1.188	2.126	828	481

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Humanitarian Law Center Kosovo (2015, 2016, 2017, 2018, 2019)

3.4. Iniciativa RECOM

O projeto RECOM previa em 2014 alcançar um consenso regional baseado em evidências sobre o passado, visando a reconciliação entre diferentes comunidades na região da antiga Iugoslávia. Ele começou como uma iniciativa de algumas ONGs de direitos humanos e naquele ano era conduzido pela Coalizão Regional para RECOM, composta por mais de 2000 membros de organizações e indivíduos de todos os estados que faziam parte da Iugoslávia. Após anos de lobby junto aos governos das antigas repúblicas iugoslavas, esperava-se que a RECOM fosse estabelecida durante o ano de 2015, mas nos relatórios é esclarecido que ela ainda não foi criada mas que a Coalizão para RECOM promove eventos e conferências para a conscientização e para continuar a buscar apoio para sua criação (Humanitarian Law Center Kosovo, 2015).

Durante o período de janeiro a dezembro de 2015, por exemplo, a HLC Kosovo organizou uma série de atividades em apoio à Coalizão para a RECOM. Isso incluiu reuniões para manter os membros informados sobre os últimos desenvolvimentos e a distribuição do boletim *RECOM !Voice*. Além disso, a organização realizou dois eventos públicos

⁷ Nos anos de 2014 e 2015, as entrevistas eram realizadas com testemunhas ou familiares das vítimas, enquanto nos anos de 2017 a 2019 eram potenciais vítimas.

significativos: o primeiro foi uma apresentação de pesquisas sobre perdas humanas e instalações de detenção durante os conflitos na antiga Iugoslávia, com a participação de representantes da mídia e da sociedade civil; o segundo evento foi um debate sobre reconciliação na região, envolvendo autoridades do Kosovo, organizações internacionais, ONGs e embaixadas. O debate explorou o papel crucial dos políticos locais no processo de reconciliação, destacando a importância do diálogo entre Pristina e Belgrado e discutindo como a RECOM poderia contribuir para a abordagem dessas questões. Ambos os eventos receberam ampla cobertura da mídia e geraram interesse significativo do público, com o comparecimento de mais de 50 representantes de instituições que operam no Kosovo (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016).

No ano de 2017, foram realizadas 2 reuniões com membros da iniciativa e uma terceira com representantes da União Europeia no Kosovo (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017). Enquanto isso, nos dois anos seguintes, reportou-se a realização do 11º e 12º Fórum para RECOM, que aconteceram em Sarajevo e Zagreb, respectivamente (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018; 2019). Nenhum dos relatórios desses anos entra em detalhes sobre como essas atividades são realizadas, não sendo possível ter uma percepção de seus reais impactos. Entretanto, é possível compreender que ainda é difícil estabelecer relações suficientemente estáveis e fortes com os países da região para a formação da RECOM pela ausência de caráter social. Verifica-se tal reflexão no que foi reportado em 2015 que

foi dada uma ênfase especial ao papel dos políticos locais no processo de reconciliação, e alguns dos debatedores expressaram seu pesar pelo fato de que o diálogo entre Pristina e Belgrado não é um diálogo entre as sociedades, mas sim entre autoridades, resultando na falta de benefícios percebidos pelas populações de ambos os lados (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016, p.18).⁸

A ausência de relações estáveis entre os países parece ser ilustrada pela dificuldade de estabelecer a iniciativa em questão, impasse que se expressa na afirmativa de que “os presidentes da Bósnia, Croácia, Montenegro, Sérvia, Kosovo e Macedônia devem apresentar sua iniciativa conjunta ao público e aos respectivos parlamentos nacionais em um futuro próximo, e então a RECOM será estabelecida” (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017, p.44)⁹. Levando em conta que até o último relatório analisado a RECOM não havia sido estabelecida, percebe-se que não há grande apoio dessas autoridades para a criação da iniciativa.

⁸ As special emphasis was put on role of local politicians in the reconciliation process, some of the panelists expressed their regret that the dialogue between Pristina and Belgrade is not one between societies but rather between officials merely, therefore populations on both sides don't feel the benefit of it.

⁹ The presidents of Bosnia, Croatia, Montenegro, Serbia, Kosovo and Macedonia are expected to present their joint initiative to the public and to their respective national parliaments in the near future, after what RECOM will be established.

3.5. Iniciativa *Batajnica Memory*

O projeto, em parceria com o HLC, aconteceu entre os anos de 2014 e 2015, e teve como objetivo principal aumentar a conscientização sobre os eventos ocorridos em Batajnica, região próxima a Belgrado. Para tal finalidade, foi produzido um documentário que narra a história de pessoas que foram enterradas nas valas comuns na região, além de terem sido organizados debates após as exibições deste documentário na Sérvia e no Kosovo. O HLCK, por meio de seu banco de dados, identificou familiares das vítimas encontradas nessas covas e realizou entrevistas orais com eles, totalizando 13 entrevistas com essas famílias ao longo do ano de 2014. Após a transcrição e tradução das entrevistas, iniciou-se o processo de correção destas (Humanitarian Law Center Kosovo, 2015). Ao finalizarem a transcrição e tradução das entrevistas em janeiro de 2015, as ONGs envolvidas fizeram um documentário mostrando outros locais onde aconteceram crimes de guerra. Esse documentário foi selecionado para participar do 66º festival de cinema de Berlim, e após a exibição nesse evento, seria exibido também no Kosovo (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016).

3.6. *Promoting the protection of minority rights in Kosovo*

Esse programa de proteção da HLCK visa combater a discriminação e promover a proteção dos direitos das minorias no Kosovo. Durante o ano de 2014, a organização concentrou-se em várias iniciativas nesse projeto, incluindo a monitorização da implementação das leis destinadas a proteger as comunidades étnicas no Kosovo. Além disso, a HLCK prestou assistência a membros da comunidade em solicitações de documentação e processos de retorno, facilitando contatos com instituições locais e centrais. A organização também promoveu o diálogo interétnico ao realizar duas reuniões com estudantes internacionais interessados em seu trabalho. Além do que foi mencionado, a HLCK emitiu um comunicado à imprensa marcando o décimo aniversário dos incidentes de março de 2004, instando as instituições a abordarem a responsabilidade e a busca por soluções relacionadas aos eventos ocorridos naquele período (Humanitarian Law Center Kosovo, 2015). O mês de março de 2004 foi marcado por crescentes tensões em diferentes cidades do Kosovo, desencadeadas pela morte de um jovem sérvio a tiros e pelo afogamento de três meninos albaneses, eventos inicialmente considerados como crimes motivados por questões étnicas, mas posteriormente se revelaram diferentes. Relata-se que os protestos resultaram na morte de 19 pessoas, sendo 11 albaneses do Kosovo e oito sérvios, além de deixar mais de 900 feridos (Stojanovic, 2023).

Contudo, com a aprovação de um novo quadro estratégico para a organização, o HLCK redefiniu suas atividades relacionadas à integração de minorias étnicas, incorporando-as ao programa de Justiça de Transição. Sendo assim, houve uma gradual descontinuação das atividades de integração de minorias nesse formato a partir do ano de 2015 (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016).

3.7. Support for victims of unlawful detention in the exercise of the right to reparations

Desde 2004 o HLCK atua em conjunto com o HLC para dar apoio a vítimas de detenções ilegais no Kosovo, para que elas possam ser reparadas nas cortes da Sérvia. Ao longo de 2014, o HLCK representou 7 casos, onde 4 foram recompensados em uma quantia de 100 mil dinars cada. Os advogados da ONG acharam a quantia baixa, e entraram com um pedido de apelação, e até a publicação do relatório a ONG continuava em contato com as famílias (Humanitarian Law Center Kosovo, 2015). No ano seguinte, o HLCK organizou a inspeção médica onde o especialista médico contratado pelo Tribunal Básico de Belgrado realizou o exame de quatro vítimas de detenção ilegal e ainda as acompanhou para o julgamento. A organização também continuou a verificar dados e testemunhas de casos, dar explicações a Belgrado de seus direitos e demandas por compensação e manteve vítimas informadas sobre seus casos que corriam em cortes de Belgrado. Nesse período, 5 decisões finais foram tomadas sobre reparações e outras 6 tiveram decisões de primeira instância (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016).

O relatório de 2017 destaca duas falhas principais na legislação de reparações por crimes de guerra em Kosovo. A primeira é a discriminação na definição de vítima civil, que exclui vítimas de forças não inimigas, como o ELK ou a OTAN, e vítimas que morreram fora do período especificado entre 27 de fevereiro de 1998 e 20 de junho de 1999. Isso prejudica especialmente as vítimas não albanesas, como as sérvias, perpetuando uma narrativa unilateral sobre a guerra e dificultando o processo de reconciliação:

[...] a percepção de desfavorecimento contra os sérvios que a lei implica perpetua uma narrativa ‘preto e branco’ errônea sobre a guerra, e é prejudicial para a reconciliação entre as duas comunidades, uma vez que os sérvios não têm reconhecimento de sua condição de vítimas. Isso impede uma narrativa precisa e baseada em fatos sobre a guerra. Como está atualmente, a lei de reparações é percebida como politicamente motivada e discriminatória, criando discórdia entre as comunidades de vítimas e resultando em um efeito contraproducente de divisão em vez de reconciliação, exacerbando queixas e agravando a marginalização de algumas

vítimas pertencentes a comunidades minoritárias (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017, p.31, tradução própria).¹⁰

A segunda falha é a falta de informações públicas sobre a legislação, o que impede que muitas vítimas busquem suas reparações.

Apesar do contexto político do Kosovo ter apresentado desafios, incluindo um impasse político após as eleições que dificultou as atividades da ONG por não ter acesso a importantes grupos de interesse na questão da reconciliação, é preciso reconhecer que houveram alguns avanços. O presidente do Kosovo anunciou a criação de uma Comissão de Reconciliação Pós-Guerra (*Post-War Reconciliation Commission*) e realizou ao longo do ano reuniões com diferentes organizações da sociedade civil, incluindo o HLCK. Entretanto, essa comissão e o debate público se concentraram em vítimas de violência sexual, tirando o foco da discussão de JT, o que levou o HLCK a mudar sua estratégia. Inicialmente, o HLCK planejava ajudar famílias a apresentar pedidos de reparações e preparar casos para litígios estratégicos, mas devido aos desafios decidiram focar mais no *advocacy* e na construção de uma rede de apoio. Sendo assim, realizaram uma série de reuniões com várias partes interessadas, incluindo organizações internacionais, locais e da sociedade civil, para promover mudanças na legislação e aumentar a conscientização sobre o tema. Como resultado, a questão da reparação do país e o relatório feito pelo HLCK foram mencionadas no memorando realizado após uma missão do Comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa no Kosovo (Humanitarian Law Centre Kosovo, 2017)

Em 2018, continuou os trabalhos com o HLC e acompanhou 7 sessões de casos de crimes de guerra na Sérvia, sendo responsável pela logística de transporte das famílias, preenchimento e solicitações de documentos e tradução, além de manter as famílias informadas sobre as decisões do tribunal sérvio acerca das reparações (Humanitarian Law Center, 2018). No ano de 2019, foram acompanhadas 9 sessões, onde 17 pessoas conquistaram seu direito de reparação da Sérvia por conta de acontecimentos na guerra do Kosovo. Além disso, a ONG continuou sua campanha de *advocacy* para melhorar os aspectos legais da reparação de vítimas civis, de modo que as recomendações do HLCK foram aceitas em reuniões, em entrevistas e na mídia, onde foi percebido uma maior visibilidade à questão (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019).

¹⁰ [...] the perceived bias against Serbs that the Law entails perpetuates a wrong 'black and white' narrative about the war, and is detrimental to reconciliation between the two communities, as Serbs have no recognition to their victimhood. It prevents accurate and fact-based narrative of the war. As it currently stands, the Law on reparations is perceived as politically motivated and discriminatory, creating discord amongst victim communities, and resulting in a counterproductive effect of dividing rather than reconciling, exacerbating grievances and furthering the marginalization of some victims belonging to minority communities.

3.8. *Victim and witness counseling: Finding perpetrators of war crimes*

Nesse projeto, também em parceria com o HLC, a organização busca ajudar vítimas a prestar queixas contra quem cometeu crimes de guerra durante a guerra do Kosovo. Dentre as atividades realizadas pela ONG estão visitar essas vítimas para tentar uma autorização para representá-las nas cortes sérvias, realizar entrevistas para obter mais informações e explicar os processos para preencher relatórios para as audiências (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016). A fim de reunir mais evidências, o HLCK utiliza sua base de dados do *Kosovo Memory Book* e conversa com vítimas de crimes de guerra e suas famílias para tentar reunir o maior número de evidências possível (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017). Durante o período de janeiro a dezembro de 2015, a ONG se concentrou nas regiões Reka e Keqe, Rezalle, Poklek e Vjeter, Meja, Korenica, Zahaq e Çyshk, realizando 53 entrevistas com vítimas e testemunhas de diferentes casos para ter sustentação. Durante essas reuniões, foram obtidas 9 autorizações de advogados, 10 acordos de representação em tribunal e 8 cópias de identidade (Humanitarian Law Center Kosovo, 2016). Nos primeiros meses de 2017, o HLCK enviou um membro de sua equipe para acompanhar familiares de vítimas e monitorar dois julgamentos da Câmara Especial para Crimes de Guerra na Sérvia (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

3.9. *Documentation Center Kosovo*

O *Documentation Center Kosovo* (DCK) é um espaço localizado na biblioteca municipal de Pristina, onde a população pode buscar informações sobre justiça de transição e lidar com o passado. A intenção desse projeto é que ele se torne o centro das atividades realizadas pelo HLCK, contando com uma exposição em vídeo sobre informações estabelecidas pelo TPII sobre a guerra, duas exposições temporárias e uma coletânea de relatórios e dados. O processo de planejamento durou cerca de dois anos, e a ONG também relatou que as negociações com a prefeitura de Pristina para a concessão do local foram lentas e tiveram apoio da Embaixada da Suíça (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

A ONG iniciou a divulgação do projeto durante workshops realizados com estudantes, incentivando-os a ir e também levar suas famílias até o local, mas depois de estabelecê-lo começou a realizar atividades no local também. Entretanto, planejava-se organizar uma grande cerimônia de abertura com um debate, mas devido à proximidade das eleições municipais, o HLCK decidiu por realizar uma cerimônia mais contida, somente com a

presença de organizações da sociedade civil, vítimas, diplomatas e representantes políticos que estiveram envolvidos no desenvolvimento do projeto. A intenção do HLCK era não correr riscos de ser associada a um partido específico após as grandes negociações com o governo municipal para abrir o DCK, bem como não iniciar uma discussão de uma questão ainda sensível em um momento politicamente sensível (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

Durante o ano de 2017, a ONG elaborou algumas estratégias para os anos seguintes, que coincidiram com os 20 anos da guerra do Kosovo. Dessa forma, esperava-se concentrar as atividades de JT nesse espaço, para que o público tenha acesso a informações sobre seu passado, assista palestras sobre narrativas de eventos da guerra, tudo isso organizado pelo HLCK a partir da sua base de dados do *Kosovo Memory Book* e atuações no TPII e em outras cortes da Sérvia e no próprio Kosovo. Além disso, a instituição planeja apoiar o processo de reconciliação em outros países que faziam parte da Iugoslávia, principalmente aqueles que não são membros da União Europeia, com a finalidade de estabelecer uma plataforma regional com uma cultura inclusiva com lembranças baseadas em fatos juridicialmente estabelecidos sobre acontecimentos durante a guerra (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

Logo, em parceria com o HLC e a Documenta, o HLCK planeja expandir um sistema de informação já existente para ajudar na documentação e pesquisa desses eventos históricos. A ideia é usar essa plataforma para educar o público, permitindo que as pessoas aprendam mais sobre o que aconteceu durante as guerras e como isso afetou as pessoas na região, e no futuro, criar uma rede de centros de documentação para que as informações estejam disponíveis em diferentes lugares. Facilitando o acesso a dados e ao conhecimento sobre a guerra, o HLCK espera ajudar na promoção da compreensão e na reconciliação entre os diferentes grupos étnicos nos Bálcãs (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

Em 2018 o HLCK lançou o programa “*Today 20 years ago*”, onde foram desenvolvidas cinco narrativas de memória baseadas em 442 documentos do *Kosovo Memory Book*, um total de 2500 páginas, e nas entrevistas de 62 famílias que foram feitas para checar informações (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018). Em seguida, foram sendo realizadas palestras para apresentá-las ao longo dos anos de 2018 e 2019, reunindo 230 ouvintes em um total de 8 palestras (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018; 2019). Também foi publicado online o “*Map of War Victims in the Former SFRJ 1991-2001*”, em conjunto com o HLC, Documenta e *Accountability and Remembrance in Bosnia & Herzegovina*. Esse mapa apresenta informações sobre mortos e desaparecidos da ex-Iugoslávia que foram adquiridas

nas bases de dados, sendo possível confirmar 19795 vítimas presentes no mapa (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018).

Por fim, em maio de 2019 se teve a abertura da exposição “*Once Upon a Time and Never Again*” no DCK. A exposição é dedicada às 1133 crianças que foram mortas ou desapareceram durante os anos da guerra do Kosovo, mas dessas foram escolhidas 28 para que suas histórias fossem contadas. Por meio de fotografias, exibição de pertences e compartilhamento de seus nomes, histórias e datas de nascimento e de falecimento, a exposição convida o público a refletir, dialogar e curar por meio da memória coletiva (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019). A mostra inova ao escolher representar as crianças, que geralmente não têm muito espaço em espaços para a memória pública, mas foca na identidade pessoal dela e em transformá-las em mais do que apenas números, além de honrá-las e também às suas famílias (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018):

Os pais de uma das crianças disseram ao HLCK que era muito importante para eles que seus filhos fossem lembrados junto com todas as outras crianças que compartilharam o mesmo destino horrível. Um pai de quatro crianças mortas disse à equipe do HLCK que ‘é a primeira vez que consigo dormir bem desde o incidente, pois agora sinto que fiz algo para preservar a memória deles’. [...] a exposição, conforme explicaram, tornou-se um espaço pacífico para que eles lembrassem de seus entes queridos sob uma luz diferente (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019, p.6).

Figura 4 – Exposição *Once Upon a Time and Never Again*



Fonte: extraído de Documentation Centre Kosovo (2019, p.16)

Sobre o número de visitantes no DCK, foi reportado que 275 pessoas visitaram o local entre sua abertura e dezembro de 2018, a maioria deles estudantes. A principal razão das

visitas listadas no livro de visitantes foi para ver exposições, mas quatro visitantes alegaram motivos de pesquisa e informação sobre casos de crimes de guerra antes do TPII (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017). No ano consecutivo, contaram-se 1243 visitas, dentre os quais 400 eram jovens (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018) e enfim, em 2019, mais de 2 mil pessoas passaram pelo DCK, e foi constatado o mesmo número de jovens do ano anterior (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019).

3.10. Cortes Especiais do Kosovo

A justiça no Kosovo tem sido marcada por ser um processo lento e desafiador, com poucas vítimas conseguindo de fato buscar seus direitos. A interferência política ainda é uma barreira significativa para investigações eficazes de crimes de guerra, e há grandes críticas à interferência estrangeira no Kosovo, à falha da EULEX em resolver questões que concernem à proteção de testemunhas e a demora em finalizar o processo de transferência de competências da EULEX para juízes e promotores locais. Além disso, os tribunais kosovares enfrentam dificuldades em processar suspeitos sérvios devido à cooperação limitada da Sérvia, enquanto casos envolvendo ex-combatentes albaneses do ELK enfrentam desafios políticos. Esses casos foram identificados pela Assembleia do Conselho da Europa e reportados em um relatório, que levou à criação das Câmaras Especiais e do Procurador Especial do Kosovo em Haia — ou Corte Especial do Kosovo. A criação desse instrumento gera grande debate no país, visto que alguns o percebem como uma interferência internacional indevida, e há riscos de que pautas políticas e sensacionalismo por parte da imprensa dificultem a atuação da Corte e gerem tensões nas comunidades (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

Apesar disso, em 2017, foram feitos esforços para estabelecer a Corte Especial, apesar de sua operação ainda não ter sido iniciada devido à falta de queixas formais. Parlamentares kosovares tentaram revogar este instrumento, mas o HLCK afirma em seu relatório que não compartilha dessa ideia, já que isso interromperia os julgamentos de crimes de guerra em qualquer tribunal, prejudicando a busca por responsabilizar criminosos de guerra (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017). No ano seguinte, o HLCK trabalhou para estabelecer parcerias e cooperação com a Corte Especial, e conseguiu oficializá-la. Sendo assim, o HLCK receberá documentos e filmagens das sessões da corte — apesar de não ser possível entregá-los em tempo real —, e a ONG também irá distribuir brochuras informativas sobre o novo mecanismo (Humanitarian Law Center Kosovo, 2017).

No ano seguinte, surgiram os primeiros sinais de possíveis acusações pelas câmaras especiais contra membros do ELK (Humanitarian Law Center Kosovo, 2018), e dessa forma, em 2019, o então presidente do Kosovo, Hashim Thaci, renunciou após ser convocado pelo Procurador Especial e pela Câmara Especial em Haia para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento na guerra do Kosovo de 1998, assim como outros ex-líderes do grupo que atuavam na política. Por meio da cooperação com a Corte Especial, o HLCK realizou painéis educacionais para cerca de 100 estudantes, jornalistas e jovens profissionais, buscando conscientizá-los sobre os desafios e o progresso do sistema judicial no Kosovo (Humanitarian Law Center Kosovo, 2019).

3.11. A cura do trauma e dos desafios do HLCK

O Humanitarian Law Center Kosovo desempenha um papel significativo no Kosovo por meio de suas atividades voltadas para a promoção da reconciliação e da justiça de transição. Como explicitado, suas atividades incluem assistência jurídica, monitoramento e relatório de julgamentos, coleta de dados de vítimas e eventos com a temática de JT e de lidar com o passado. Carolyn Yoder apresenta a Jornada da Cura do Trauma como etapas a serem perpassadas pelos indivíduos que rompem os ciclos da vítima e do agressor e buscam a cura do trauma. Essa jornada se divide em três grandes etapas: proteção, reconhecimento e reconexão, e é possível enxergar as ações realizadas pelo HLCK em cada uma delas.

Para dar início à jornada, é preciso que o indivíduo sinta-se em segurança, uma vez que, conforme a autora aponta, quando há o sentimento de ameaça, o indivíduo tende a responder agressivamente em nome de sua própria proteção ou de seu grupo. Sendo assim, compreende-se que a atividade “*Promoting the protection of minority rights in Kosovo*”, que busca proteger grupos minoritários e combater a discriminação contra estes, está relacionada com essa fase inicial da jornada. Conforme foi constatado na análise dos relatórios, essa atividade foi descontinuada, demonstrando que apesar de importante para a cura do trauma, a ONG não dá mais tanto enfoque a ela. É importante ressaltar que, nessa fase, a autora sinaliza a importância de líderes positivos no processo de cura, pois eles contribuem para o avanço do processo de reconciliação por agirem de modo não violento mas também não passivo.

Conquistado esse sentimento de segurança, o indivíduo traumatizado pode avançar para a segunda etapa, o reconhecimento. Nessa fase, o HLCK conduz cinco projetos onde suas atividades buscam auxiliar na vivência do luto, aceitar a perda de pessoas queridas, refletir, compreender o trauma e/ou reconhecer a história do inimigo. O projeto *Dealing with*

the Past, além de estar ligado a etapa de JT, também busca a inclusão da educação cívica e do ensino das questões do passado, seja por meio das *Summer Schools* e da *National School of Transitional Justice*, de forma que fomenta reflexão sobre seus sentimentos e o reconhecimento do inimigo e de seu trauma, o que auxilia no processo de reconciliação. O *Kosovo Memory Book* serve de base para a construção de outros projetos, como o DCK e as exposições que são realizadas, sendo esses alguns dos projetos mais abrangentes do HLCK, uma vez que cumprem a função de todos os passos da fase do reconhecimento apresentados por Yoder.

O *Kosovo Memory Book* e o DCK são a memória das vítimas da guerra do Kosovo para aqueles que estão vivos e/ou buscam conhecer o conflito e suas consequências. Por exemplo, a exposição *Once Upon a Time and Never Again* mantém viva a memória das crianças para suas famílias, consolando-as em seu luto, como também é um reconhecimento para a sociedade como um todo do que um grupo sofreu durante o período de conflito. O mesmo vale para a iniciativa *Batajnica Memory*, que busca mostrar as histórias de vítimas que foram enterradas nas valas comuns dessa região por meio de um documentário. Ademais, a iniciativa RECOM se insere como um projeto de maior alcance com a finalidade de envolver outras instituições e governos de ex-repúblicas iugoslavas para alcançar um consenso sobre o passado e se dirigir à reconciliação. Conforme apontado nos relatórios, esse projeto ainda não teve seu absoluto sucesso devido a impasses dos governos desses países a estabelecerem relações estáveis uns com os outros e de aprovarem a RECOM nos parlamentos nacionais.

Adiante, na etapa do reconhecimento, ressalta-se a disposição para assumir riscos, no sentido de tentar um contato maior, uma convivência com o ofensor. Para isso, este deve estar envolvido e também participar do processo, uma vez que o reconhecimento das histórias das vítimas e dos ofensores facilita o processo do perdão. Nessa etapa também está inserida a busca por justiça, que irá responsabilizar os agressores e restituir as vítimas, de modo que o trauma passa a se integrar à nova identidade dessa sociedade, que agora é capaz de lidar com ele, abrindo espaço para a reconciliação. Dito isso, é possível verificar cinco projetos do HLCK que possuem tais perspectivas, considerando essa etapa como a que a ONG mais atua.

Os projetos *Monitoring War Crime Trials and Politically and Ethnically Motivated Crimes in Kosovo*, *Support for victims of unlawful detention in the exercise of the right to reparations*, *Victim and witness counseling: Finding perpetrators of war crimes* e as Cortes Especiais do Kosovo visam monitorar julgamentos de crimes de guerra, incentivam e auxiliam vítimas e suas famílias a buscarem a JT, com o intuito de dar-lhes o sentimento de restituição de seu sofrimento e responsabilizar os ofensores. Porém, através dos relatórios é

possível perceber que a ONG não possui atividades voltadas para reinserir esses ofensores que foram devidamente responsabilizados de volta na sociedade, sendo esse um passo bastante importante quando se busca a reconciliação. Destaca-se ainda mais um projeto que está inserido nessa etapa. O *DwP*, presente também na segunda etapa do ciclo, se encaixa aqui por ajudar a promover a importância da JT na sociedade, para que cada vez mais vítimas a busquem e consigam prosseguir na cura do trauma.

No entanto, a avaliação do impacto das atividades do HLCK na construção da paz no país é desafiadora devido à falta de dados específicos sobre o impacto direto de suas ações. Embora as atividades da ONG possam contribuir para promover a justiça e lidar com o passado, é difícil quantificar seu impacto exato na redução da violência étnica e na reconciliação da sociedade kosovar. É importante reconhecer que a persistência de casos de violência étnica no Kosovo não pode ser atribuída exclusivamente à falta de intervenção do HLCK, mas que a complexidade dos conflitos étnicos e a dinâmica política na região requerem uma abordagem multifacetada e coordenada. Ao analisar os relatórios do HLCK, observa-se que as questões políticas exercem um impacto significativo nas atividades da ONG. Em algumas instâncias, a falta de apoio político pode limitar a eficácia de suas iniciativas, especialmente aquelas relacionadas à justiça transicional e à reconciliação.

Os relatórios apresentam essas dificuldades a partir de 2017, ao explicarem a divisão política que ocorreu no Kosovo entre 2016 e 2017 e apontarem a impossibilidade de realizar uma grande cerimônia de abertura do DCK, visto que seria durante o período eleitoral e o HLCK poderia ser associado a um partido político específico. Ainda nesse relatório, discute-se sobre a legislação do Kosovo sobre reparações de guerra, que é considerada discriminatória por não incluir vítimas de forças que lutavam a favor do Kosovo na guerra. Isso leva essas vítimas a se sentirem desamparadas e sem direito à justiça, perpetuando as narrativas divergentes do conflito e dividindo a sociedade.

Além disso, percebe-se no relatório uma falta de interesse dos líderes em tomarem medidas para a reconciliação da sociedade. Apesar de ter sido anunciada uma comissão da verdade no ano de 2017, ela focou muito mais em casos de violência sexual e não deu espaço para a pauta da JT. O estabelecimento da RECOM ainda não obteve sucesso justamente pela falta de interesse dos governantes das ex-repúblicas da Iugoslávia, uma vez que eles precisam levar a ideia da iniciativa para ser votada nos parlamentos nacionais. Por outro lado, percebe-se um maior interesse das ONGs e de outras instituições da sociedade civil que trabalham juntas para levar a causa adiante, e que buscam debater sobre como o papel dos políticos é necessário para o processo de reconciliação.

Por fim, o estabelecimento das Cortes Especiais também foi exemplo de como a interferência política prejudica não só as atividades da ONG, mas também a reconciliação no Kosovo. Pela lentidão no sistema judicial kosovar para julgar todos os casos apresentados de violação de guerra e dificuldades em levar adiante casos que envolvem ex-integrantes do ELK, criaram-se as Cortes Especiais em Haia para dar prosseguimento a esses casos. Entretanto, parlamentares do Kosovo tentaram revogar a criação desta corte, mas não tiveram sucesso. Conforme os relatórios apontam, as Cortes Especiais chamaram diversos ex-membros do ELK para prestar esclarecimentos, e inclusive alguns deles estavam atuando na política do país, o que torna questionável o interesse de parte do parlamento em revogá-las.

Ainda não houve perspectivas de maior estabilidade no cenário político do Kosovo após o período abordado pelos relatórios, pelo contrário, a situação parece estar cada vez mais tensa e não parece haver a presença de líderes positivos para lidar com a situação. Em 2022, o governo kosovar anunciou que as placas dos veículos dos moradores do Kosovo deveriam ser emitidas pelo governo do país, e isso gerou protestos entre a população de origem sérvia. Quando a medida foi implementada, prefeitos de quatro cidades do norte do Kosovo – Zvecan, Zubin Potok, Leposavic e Mitrovica – renunciaram a seus cargos.

Quando houve novas eleições municipais nessas cidades, em abril de 2023, a população sérvia boicotou as urnas, e menos de 3,5% dos eleitores pertenciam a esse grupo étnico, mesmo sendo o grupo majoritário na região. Sendo assim, foram eleitos prefeitos de etnia albanesa, e quando o prefeito de Mitrovica tomou posse, a população sérvia tentou impedir com que os prefeitos das outras cidades também subissem ao posto. Isso ocasionou confrontos entre os manifestantes e as forças de segurança da KFOR, fato que deixou a Sérvia em alerta e colocou tropas na fronteira com o Kosovo (Mendes, 2023).

Os presidentes Aleksandar Vucic e Vjosa Osmani, da Sérvia e do Kosovo, respectivamente, trocaram acusações sobre o ocorrido. Osmani publicou em uma rede social que Vucic estava tentando desestabilizar o norte do país com os ataques, enquanto Vucic acusou o primeiro-ministro kosovar, Alin Kurti, de acirrar as tensões (Gadzo, 2023). O presidente da França, Emmanuel Macron, pediu ao Kosovo que organizasse novas eleições, e que se comprometesse a fazer com que haja participação da população sérvia, o que foi rebatido por Osmani de que é a própria Sérvia que os incentivava a não irem votar (Cardoni, 2023). Entretanto, dias depois o presidente do Kosovo anunciou que estavam prontos para realizar um novo pleito (Mendes, 2023).

Mais recentemente, em 2024, mais uma medida adotada pelo Kosovo causou tensões com a Sérvia. O governo de Pristina decidiu proibir o uso da moeda dinar no país, esta que era

utilizada pelos sérvios que moram no Kosovo, enquanto a moeda oficial desde sua independência é o euro. O uso da moeda sérvia representa a recusa em aceitar a independência do Kosovo, e sua proibição foi marcada por incursões policiais kosovares em organizações que atuavam em locais de maioria da população étnicamente sérvia.

A União Europeia criticou as ações do governo kosovar, alegando que essa foi uma medida unilateral que apenas levava a uma contínua deterioração das relações com a Sérvia, e de nada ajudavam a desescalar as tensões, além de prejudicar parte da população sérvia que mora no Kosovo e recebe pensões ou benefícios sociais de Belgrado (Smith; O'Carroll, 2024). A partir do aumento das tensões, constata-se que a sensação de segurança vai se deteriorando no Kosovo, prejudicando a jornada da cura do trauma. A população sérvia, que antes foi vista como inimiga pelos albaneses kosovares, agora se vê cada vez mais insegura em um território em que são minoria. Retomando as ideias de Carolyn Yoder, essa sensação de insegurança e a necessidade de proteger seu grupo pode acarretar em ataques em nome da legítima defesa, que não contribuem para o processo de reconciliação da sociedade.

Além disso, o sistema educacional ainda permanece dividido no Kosovo, refletindo as divisões étnicas e políticas na sociedade, conforme exposto por Baliqi. A segregação nas escolas e nos currículos é um obstáculo que o HLCK busca vencer através dos workshops e palestras sobre a importância da JT e de lidar com o passado, mas também através do desenvolvimento de materiais educativos sobre a temática, pensado desde 2017. Contudo, até o relatório de 2019, quando a ONG havia produzido quatro capítulos que viriam a compor um livro didático, o Ministério da Educação ainda não havia aprovado o material. Sendo assim, a falta de informações fortalece o desconhecimento sobre a guerra e sobre a JT, fomentando narrativas distintas, as divisões étnicas e o preconceito.

Dessa forma, embora o HLCK desempenhe um papel importante sobre questões de justiça de transição, memória e educação, sua contribuição para a construção da paz requer uma análise mais abrangente e dados empíricos sobre seu impacto direto em promover a reconciliação de forma significativa. Um ponto interessante a ser aprofundado nos relatórios é a participação da comunidade sérvia nos projetos do HLCK e em quais regiões do país elas são realizadas. Pelo pouco que é dito sobre essas localidades, percebe-se que normalmente são feitas na capital, Pristina, e em alguns outros grandes centros. Porém, a ONG pode levar esses projetos até áreas mais rurais e cidades com uma maior divisão étnica, para fomentar a cura do trauma e promover a reconciliação. Finalmente, destaca-se que a superação dos desafios políticos é fundamental para avançar em direção a uma sociedade mais pacífica e inclusiva no Kosovo, para que não apenas ONGs promovam projetos de reconciliação na sociedade, mas

que também seja um compromisso do governo kosovar em garantir a estabilidade, justiça e reconciliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, reitera-se que a violência do período anterior à guerra do Kosovo e o conflito em si trouxeram consequências para a sociedade kosovar, de modo que esta passou por um trauma coletivo por conta desses acontecimentos. Sendo assim, é justo que as relações entre as principais etnias do país, os albaneses e os sérvios, ficaram comprometidas desde então, dificultando um convívio de ambas dentro de um mesmo país. As lembranças e narrativas que cada grupo étnico carrega do conflito são diferentes, e isso faz com que não haja um consenso sobre esses acontecimentos, incentivando os grupos a enxergar uns aos outros como inimigos e a carregar o trauma adiante para novas gerações pós-guerra. A memória coletiva seria um instrumento capaz de unir essas visões conflitantes e buscar uma reconciliação para essa sociedade, mas justamente por essas narrativas diferentes, ela não consegue ser desenvolvida de maneira a contemplar ambos os grupos. Nem mesmo o sistema escolar do Kosovo parece contribuir para a reconciliação no país, visto que seu currículo fomenta uma narrativa unilateral que continua apontando o outro como o inimigo.

Lederach e Yoder discutem a importância de uma reconciliação entre sociedades que estiveram em conflito, para que seja possível construir uma paz de qualidade e duradoura. Yoder, em específico, apresenta a Jornada da Cura do Trauma, etapas que os indivíduos precisam passar para superar os acontecimentos traumáticos que os envolveram para alcançar a reconciliação. Dessa forma, algumas instituições podem ajudar a realizar projetos e atividades que auxiliem a sociedade a encontrar a cura e viver em paz. No Kosovo, uma dessas instituições é a ONG Humanitarian Law Center Kosovo, criada inicialmente na Sérvia mas que se estendeu ao país vizinho. A organização realiza ações em prol da proteção aos direitos humanos, lidar com o passado, memória coletiva, educação e justiça de transição. O HLCK publica anualmente relatórios sobre suas atividades realizadas durante o ano. A partir da análise não sistemática dos relatórios publicados no website da ONG, é possível tirar algumas conclusões sobre suas ações para a construção da paz no Kosovo.

A partir dos relatórios é possível observar que o HLCK busca de fato promover uma reconciliação na sociedade kosovar, por meio de atividades que têm como objetivo realizar uma justiça de transição e lidar com o passado. A ONG tem projetos de monitorar julgamentos e auxiliar vítimas e suas famílias a buscarem por justiça e reparação sobre os danos sofridos durante a guerra, bem como projetos que visam a criação de espaços para compartilhar histórias. Desse modo, a população pode conhecer o outro e reconhecê-lo como um semelhante, não como inimigo, além de incitar uma reflexão sobre os erros que seu

próprio grupo tenha cometido. Isso estimula a criação de uma memória coletiva e inicia um processo de disposição de assumir riscos para um contato com o outro grupo, exercitando a tolerância e o perdão. Além disso, os memoriais e as exposições promovidas pelo HLCK ajudam as famílias e pessoas próximas às vítimas a lidarem melhor com o luto e aceitar a perda de seus entes queridos, sabendo que seu sofrimento não será esquecido. Seguindo o ciclo de Yoder, esses passos, juntamente com as iniciativas de justiça de transição, abrem a possibilidade para a reconciliação.

No que tange a efetividade das ações, é importante destacar que os relatórios não trazem dados e apontamentos sobre todas as atividades e seus efeitos na sociedade kosovar, sendo as conclusões a seguir baseadas no conteúdo apresentado nos relatórios. Sendo assim, percebe-se que a maioria das atividades alcançam a proposta do HLCK e buscam promover a reconciliação, mas não se tem um parâmetro de como elas de fato afetam os relacionamentos interétnicos do Kosovo. Uma outra importante questão é como os projetos são afetados pelo contexto político do país e a falta de uma liderança comprometida com a reconciliação, retornando a ênfase dada por Yoder na importância de se ter líderes positivos que fomentem esse processo. A abertura do DCK foi marcada por tensões e a ONG não conseguiu realizar o debate sobre o legado da guerra do Kosovo, visto que era um tópico sensível diante do contexto político da época. Isto é, o conturbado cenário político, a manipulação deste e a falta de líderes positivos que propõem a reconciliação na sociedade contribuem para a perpetuação das divisões e para a ausência de um processo efetivo de reconciliação, visto que discussões a respeito do evento traumático ainda são divisoras na sociedade. Além disso, a ideia da criação da RECOM, apesar de ser apoiada por quase 2 mil membros, ainda não conseguiu ser efetivada pois fica dependente do apoio e aprovação dos governos das ex-repúblicas iugoslavas.

A sociedade kosovar, especialmente as novas gerações, continua sendo influenciada por narrativas unilaterais e estereotipadas sobre o passado, reforçando a falta de confiança e a vitimização. Novamente, a falta de um incentivo por parte do governo é um reflexo direto desse cenário. O HLCK não só propôs debates e atividades para educação não-formal ao longo dos anos, mas também desenvolveu materiais didáticos sobre JT, a fim de inserir essa discussão no sistema educacional do país, uma pauta que era advogada pela ONG. Entretanto, até 2019 o Ministério da Educação ainda não havia aprovado os materiais, demonstrando mais uma vez a falta de interesse do próprio governo em uma educação inclusiva e interétnica.

No tocante a justiça de transição, compreende-se que o HLCK realiza muitos projetos nessa área, se preocupando em divulgar para a sociedade os dados e estudos feitos a partir do

monitoramento de julgamentos e compartilhar informações sobre a importância desse mecanismo. Porém, a ONG poderia também realizar ações que tivessem como objetivo reinserir na sociedade condenados por crimes de guerra ou eticamente motivados, assim como Brett e Malagón destacam em sua contribuição para o campo de JT. Diante da criação da Corte Especial, que por ter convocado para esclarecimentos ex-membros do ELK, contribuiu para corrigir a lei de reparações do Kosovo, que conforme exposto possui falhas. Não é explicado se na Corte Especial as vítimas recebem alguma compensação, mas é possível enxergá-la como um primeiro passo na busca por justiça de vítimas não-albanesas. Em consonância, o HLCK deveria continuar com suas atividades do projeto “*Promoting the protection of minority rights in Kosovo*”, a fim de proteger e trazer para suas outras atividades mais comunidades sérvias, por exemplo.

Diante do que foi exposto, é válido afirmar que a construção da paz no Kosovo é um processo que ainda está em desenvolvimento e ainda tem importantes desafios a enfrentar. A fim de que haja uma reconciliação entre albaneses e sérvios no país, é preciso esforços não somente de ONGs ou organizações da sociedade civil, mas também de líderes positivos que tenham essa como pauta durante seus mandatos e que deem base para essas instituições realizarem projetos no país. Somente através de um compromisso genuíno com a cura do trauma coletivo a partir da verdade sobre os acontecimentos, com a memória e com a justiça que será possível alcançar de fato uma reconciliação para construir uma paz duradoura e de qualidade no Kosovo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIQI, Bekim. Divided memories- divided youth: How war remembrance affects ethnic identity and political attitudes among youth in Kosovo?. **Bundeszentrale für politische Bildung**, 2016. Disponível em:

https://www.bpb.de/system/files/dokument_pdf/Baliqui_paper.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BBC. **Growing up in Kosovo: I've never met a Serb**. BBC Stories, 19 set. 2019. 1 vídeo (8min19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fRS7c4j6nFE>. Acesso em: 01 fev. 2024

BBC. **Kosovo profile**. 28 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/news/world-europe-18328859>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRETT, Roddy; MALAGÓN, Lina. Transitional Justice and Peacemaking/Peacebuilding. MAC GINTY, Roger; WANIS-ST. JOHN, Anthony. **Contemporary Peacemaking: Peace Processes, Peacebuilding and Conflict**. 3. ed. Suíça: Palgrave Macmillan, 2022. cap. 23, p. 475-505.

CARDONI, Pedro. O que está acontecendo no Kosovo e por que a Europa está preocupada?. **Veja**, 2 jun. 2023. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/mundo/o-que-esta-acontecendo-no-kosovo-e-por-que-a-europa-esta-preocupada>. Acesso em: 29 mar. 2024.

CARVALHO, Daniel Campos; LIMA, Leticia Rizzott; OSHIMA, Pamela Naomi. Legitimidade e humanitarismo: o caso do Kosovo 20 anos depois. **Revista de Estudos Internacionais**, Campina Grande - PB, v. 10, n. 3, p. 27-45, 2019. Disponível em:

<https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1555/1355>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DOCUMENTATION CENTER KOSOVO. **Once Upon a Time and Never Again**. Pristina, 13 mai 2019. Disponível em:

<https://hlc-kosovo.org/storage/app/media/Katalogu%20digjital/HLC-BOOK-NOV23112020-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2024.

FARIA, Débora Juliana Ribeiro; ROSA, Rafaela Medeiros. O processo de independência do Kosovo. **Anuário EERRI 2013: Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais**, Pelotas, RS, v. 1, n. 1, p. 130-144, 2013. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/ri/files/2013/08/ANAIS-ERRI-2013.pdf#page=130>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GADZO, Mersiha. Fears simmer as an interethnic conflict brews in Kosovo. **Al Jazeera**, 8 jun. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/6/8/serbia-kosovo-9>. Acesso em: 29 mar. 2024.

GALTUNG, Johan. " Peace and Peace Research." **Journal of Peace Research**, vol. 6, no. 3, 1969, p. 167-191.

HLCK. **Humanitarian Law Center Kosovo**, 2024. Disponível em: <https://hlc-kosovo.org/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

HUMANITARIAN LAW CENTER KOSOVO. **Annual report- Humanitarian Law Center Kosovo**. Pristina, Jan 2015. Disponível em: <https://hlc-kosovo.org/storage/app/media/HLC%20Annual%20Report%202014.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

HUMANITARIAN LAW CENTER KOSOVO. **Annual report**. Pristina, Fev 2016. Disponível em: <https://hlc-kosovo.org/storage/app/media/HLC%20Annual%20Report%202015.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

HUMANITARIAN LAW CENTER KOSOVO. **Annual report**. Pristina, Jan 2017. Disponível em: <https://hlc-kosovo.org/storage/app/media/HLC%20Annual%20Report%202017.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

HUMANITARIAN LAW CENTER KOSOVO. **Annual Report**. 2018. Disponível em: <https://hlc-kosovo.org/storage/app/media/HLC%20Annual%20Report%202018.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

HUMANITARIAN LAW CENTER KOSOVO. **Annual Report**. 2019. Disponível em: <https://hlc-kosovo.org/storage/app/media/HLC%20Annual%20Report%202019.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

INGIMUNDARSON, Valur. The Politics of Memory and the Reconstruction of Albanian National Identity in Postwar Kosovo. **History and Memory**, Indiana, v. 19, n. 1, p. 95-123, Spring/Summer 2007.

LAMPE, John R.; YOUNG, Antonia; ALLOCOCK, John B. "Kosovo". **Encyclopedia Britannica**, 18 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Kosovo>. Acesso em: 20 Mar 2024.

LEDERACH, John Paul. **Building peace: sustainable reconciliation in divided societies**. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

MALCOLM, Noel. **Kosovo: a short history**. New York: Harper Perennial, 1999. ISBN 0-06-097775-2.

MENDES, Fábio. Premiê do Kosovo já admite refazer eleições para encerrar conflitos. **CNN Brasil**, 2 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/premie-do-kosovo-ja-admite-refazer-eleicoes-para-encerrar-conflitos/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MORAES, Márcio Bonifácio. Apreciação sobre a situação do Kosovo. **A Defesa Nacional: Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 95, n. 813, p. 13-24, jan/abr 2009. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6202/530>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NOGUEIRA, João Pontes. A Guerra do Kosovo e a Desintegração da Iugoslávia: notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, outubro 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BWRjLhJNcJf7ygmLcr6X5ry/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2024.

OLIVEIRA, Pedro Aires. Kosovo: o legado da História. **Política Internacional**, Lisboa, v. 3, n. 20, outono/inverno 1999. Disponível em:

https://www.ipris.org/files/20/I_20_Kosovo_o_legado_da_Histo_ria.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, Fernanda Menezes dos; RODRIGUES, Flávio Timar; MARINHO, Isadora Ferreira. Guerra do Kosovo e Segurança Internacional: uma breve análise sobre a Resolução do Conflito e os desdobramentos atuais. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais**, Belo Horizonte - MG, v. 21, n. 41, p. 25-42, 1º sem 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/26430/19927>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SMITH, Helena; O'CARROLL, Lisa. Kosovo accused of raising ethnic tensions by banning use of Serbian dinar. **The Guardian**, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/feb/06/kosovo-accused-of-raising-ethnic-tensions-by-banning-use-of-serbian-dinar>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SOLANA, Javier. NATO 's success in Kosovo. **Foreign Affairs**, vol. 78, n. 6, nov./ dez. 1999, p. 114-120.

STOJANOVIC, Milica. 'We Don't Forget': Serbs Commemorate Deadly 2004 Unrest in Kosovo. **Balkan Insight**, Belgrado, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2023/03/17/we-dont-forget-serbs-commemorate-deadly-2004-unrest-in-kosovo/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

YODER, Carolyn. **A Cura do Trauma**: Quando a violência ataca e a segurança comunitária é ameaçada. 1. ed. São Paulo: Palas Athena, 2018.

YOUNG, Antonia; ALLCOCK, John B.; LAMPE, John R. Kosovo. **Britannica**. 19 jan. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Kosovo>. Acesso em: 22 jan. 2024.